



**D. 2018  
ENSAIOS**

Krishnamurti de Carvalho Dias

# DADOS DE COPYRIGHT

## Sobre a obra:

A presente obra é disponibilizada pela equipe do *ebook espírita* com o objetivo de oferecer conteúdo para uso parcial em pesquisas e estudos, bem como o simples teste da qualidade da obra, com o fim exclusivo de compra futura.

É expressamente proibida e totalmente repudiável a venda, aluguel, ou quaisquer uso comercial do presente conteúdo.

## Sobre nós:

O *ebook espírita* disponibiliza conteúdo de domínio público e propriedade intelectual de forma totalmente gratuita, por acreditar que o conhecimento espírita e a educação devem ser acessíveis e livres a toda e qualquer pessoa. Você pode encontrar mais obras em nosso site: [www.ebookespírita.org](http://www.ebookespírita.org).



[www.ebookespírita.org](http://www.ebookespírita.org)

# DOIS ENSAIOS

Krishnamurti de Carvalho Dias

VITÓRIA  
OUTUBRO - 2000

REVISÃO

Krishnamurti de Carvalho Dias

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO

Gráfica Ita

CAPA

Cristiana de Souza

IMPRESSÃO

Gráfica Ita

DIGITALIZAÇÃO

PENSE - Pensamento Social Espírita

[www.viasantos.com/pense](http://www.viasantos.com/pense)

Junho de 2012

1ª Edição - 2.000 exemplares

© Krishnamurti de Carvalho Dias, 2000

---

Todos os direitos reservados. A reprodução não autorizada desta publicação,  
por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei 5.988.

A renda desta obra, será revertida em benefício do Projeto Impacto, de responsabilidade pessoal do autor.



**PROJETO IMPACTO**

A meus filhos  
Paulo, Alcione, Valeria,  
Renato, com carinho

## Dois ensaios

Durante décadas, a comunidade de adeptos espíritas, foi exposta a um discurso ideológico que visava a conformá-la como uma congregação de fiéis de uma religião, a “religião espírita”, que tinha um culto, o do “ evangelho no lar”; livros sagrados, “o pentateuco kardequiano”; uma catequização, as aulas dominicais de evangelização da infância, finalmente uma axiologia i. é, um conjunto formal de regras repressivas ou permissivas de conduta tidas como válidas pela comunidade, a “Moral Espírita”.

Esse discurso ideológico, ideologizante, girava em torno de um pivô, o dogma do “tríplice aspecto”, com duas versões, uma que era religiosista, onde o “terceiro termo” era a religião e outra, moralista, onde entrava em lugar de religião a Moral. E porque não se podia perder o precioso elemento formal e sacral que era a trinaridade, a trinitude, da religião e Moral confundiam-se, autoritariamente, como uma coisa só, dizia-se que eqüivaliam, tudo para preservar aquela quantidade prestigiosa do três, como o número de aspectos consagrados, místicos, do Espiritismo.

A Moral espírita desfechava na preocupação da “reforma íntima”, com a inevitável repressão sexual, a condenação de procedimentos até puramente médicos quanto à reprodução humana, enfim, era um filme já visto, repetitivo dos esquemas e clichês de milênios, onde não faltava nem mesmo o fatídico “crê ou morre”, sob a forma suavizada do

“ame-o ou deixe-o”, a distinção por vezes nada sutil entre os que são “confiáveis” e “os outros”, deixados ao sol e ao sereno numa espécie de excomunhão federativa.

Incrível como essa escalada de desfigurações, de desvios e afastamentos do pensamento genuíno, original, do Espiritismo, pôde ser empreendida sem grandes reações válidas, eficazes, como ela conseguiu ir rolando e cada vez mais ganhando espaço sem que uma impugnação dela se produzisse.

É que ninguém estava a fim de correr o risco de passar por díscolo, ovelha negra, espírito do porco, pomo de discórdia e outras frases feitas que estigmatizavam o pensamento livre, independente, lúcido, de quem pensa por si próprio, mantinha-se fiel a Rivail e trazia seu íntimo esvaziado de religiosidade, de misticismo, que havia conquistado a sua “liberdade da religião”, que é coisa bem diferente de “liberdade de religião”, pois esta segunda é só o direito de mudar de uma opinião religiosa, quando se quiser, para adotar alguma outra que se quiser; ao passo que aquele conceito primeiro é o direito de não se ter mais nenhuma religião se não se quiser, de pensar fora, acima e além de toda forma religiosa, como um livre pensador, que é o que caracteriza o genuíno adepto espírita.

Durante todo o tempo que durou esse império ideológico religioso-moralista tão acachapante, um outro processo rolou também, eram duas pinças se apertando, convergindo para o mesmo fim, a gradual pressão de unificação, um conceito fermentado que se parece com a idéia luminosa de união, mas não é a mesma coisa.

União é o encontro natural de idéias, sentires, aspirações de todos, em um mesmo lugar comum, apenas por consenso, mas já unificação é bem diferente coisa: é eliminação dos diferentes e contrários, sua anulação pela perda de liberdade deles para existir, opinar, pensar por si mesmos, agir, a

supressão de oportunidades, a discriminação, enfim, todo um esquema autoritário, arbitrário, ditatorial que é aquela versão suavizada a que antes me referi, do “crê ou morre”: unificar é deixar de ser, cada um cede, perde a individualidade e o que passa a existir em lugar deles é o rebanho apassivado, a unanimidade burra.

Encerrando estas observações preliminares, vemos que o grande pivô de todo esse processo liberticida é o dogma federativo do “tríplice aspecto”, que me parece uma versão para o público interno do dogma da “santíssima trindade”; das “três pessoas numa só”, assim como esse dogma católico romano já é o transplante para dentro do cristianismo do trimurti bramânico, de Brama-Shiwa-Vixnu.

O assunto exige uma pequena digressão histórica: consta-me que o dogma cristão da trinitude ou trindade foi assim uma espécie de cincada semântica, um escorregão de tradutores em cima do duplo sentido de uma palavra-chave, de um conceito básico muito importante, que é o da anatomia do poder cósmico, quando expresso em certa figura de linguagem de Jesus.

Assim como o brilho refletido pelos planetas se soma, quando se superpõem, na chamada “conjunção planetária”, aumentando a quantidade de luz reflexa deles, tal como observada daqui, pode-se perceber, quando essa conjunção **se desfaz**, que os focos superpostos se separam, e que **decompõe-se** o brilho conjunto deles em vários focos individuais.

Uma imagem assim ocorre quando se pensa em poderosas conjugações como são as idéias de “Destino”, “Providência”, “Justiça Divina”, “Natureza”, todos esses altos conceitos que todos sentimos como fontes de um poder transcendente, cósmico, mas que Jesus, didaticamente, decompunha mostrando-os apenas como uma conjunção entre focos superpostos por alinhamento: o que a humanidade chamava reverentemente por aqueles nomes, não passava do

conjunto influxo de mais de uma fonte, a saber: a vontade do Pai, o desvelo do próprio Jesus, que modestamente se apresentava apenas como “o filho”, portanto um mero irmão de todas as demais criaturas; finalmente uma quantidade indeterminada de outras vontades individuais, de espíritos santificados que agiam anonimamente, coletivamente, como agentes das leis divinas.

O Pai, o Filho e os Espíritos Santos, compunham os elementos daqueles Poderes que pareciam unos, mas que melhor observados separavam-se na análise didática de Jesus. Milênios mais tarde, Montesquieu não diria coisa melhor, ao formular o estado moderno como um ente uno, mas formado pela conjunção de três poderes, o executivo, o legislativo e o judiciário. Ao lado disso, o contra - conceito de governo repartia-se entre os níveis de federal, estadual e municipal. É um modelito simples, tripartite, só porque conveio que fosse assim, mas que pode ser aumentado a vontade, diminuindo como se quiser, tanto assim que na própria história romano antiga a monarquia apareceu tanto na realeza como mais tarde no império, tendo de permeio a república trina ou dual, dos triunviratos, dos duumviratos. No final do império sobreveio a forma dual dos “césares” e “augustos”, os vários imperadores que dividem o poder em jurisdições distintas.

Uma questão afinal tão simples, meros modelos didáticos que não comportavam nenhuma complicação, pois eram fatos corriqueiros da vida política e administrativa dos povos, uma vez transposta para o plano cósmico, gerou profundas confusões.

E havia as questões semânticas, gramaticais, filológicas também. Afinal, aparecer como se fossem um foco só, o brilho individual confundido de planetas alinhados em conjunção, isso é uma aparência, é um aspecto deles, as duas palavras se equivalem aí como sendo uma imagem, um visual, o que se olha e vê.

Mas, por outro lado, aspecto, além de produto da visão puramente ocular, também é o resultado de uma operação apenas mental, de entendimento, quando se faz uma divisão puramente ideal de uma noção complexa, para sua assimilação, tal como se partem bocados grandes em pequenos, para levá-los à boca. Quer dizer: se “aparências” tem só um significado, já “aspectos” tem dois, um que é crasso, por sensível ou sensorial e outro que já é apenas subjetivo, ideal, mental, lógico.

Quem olha e vê o brilho conjunto dos planetas alinhados não consegue isolar os reflexos individuais deles, pois isso é um fato de visão ocular, sensorial; mas já quem considera, contempla, apenas com o entendimento, as idéias do Destino, da Providência, da Justiça Divina, da Natureza, pode bem aplicar a elas aquela análise ideal passada por Jesus, sua decomposição em pelo menos três fontes concorrentes, convergentes, de poder, o que vem do Criador, o que procede do seu talvez maior preposto para o Planeta, Jesus, e o que deriva da constante ação dos espíritos sublimes, são os dois planos bem distintos, filosoficamente, de apreciação.

Do mesmo modo que o estado pode ser analisado em seus três poderes, o governo pode ser entendido em três níveis superpostos, diferentes os dois da sociedade civil.

### **Simples né?**

Pois ao passar aquele lance evangélico do hebraico, do grego, do koiné, do aramaico, para o latim, a Vulgata fabricou um espantoso erro que foi tomar ao pé da letra o que era apenas o espírito dela, daí ter surgido a figura da “Santíssima Trindade” como um mistério, algo que a razão humana era impotente para apreciar, imposto a força, ferro à gorja, como um estupro mental: três pessoas divinas numa só.

Isso já havia acontecido antes também com duas coisas até divertidas: a idéia furada de que a tentação de Adão se dera através de uma maçã, por causa do erro de

tradução de “malo-malum”, que tanto podia ser “mal” como “pomo” fruto de árvores pomíferas (maçãs ou pêssegos, estes últimos que eram “malum persicum”). E a idéia hilariante do morticínio de onze mil virgens, quando apenas uma, a serva Undecimila (“onze mil” em latim), que tinha esse nome próprio, tão numoral, foi executada, sendo ela virgem.

Então as palavras, “aparências”, “aspectos”, como figuras de expressão, representações simbólicas ou ideais de fatos puramente cognitivos, como a idéia de Poder e de poderes, organização e relações entre categorias, tinham todo cabimento como sendo apenas modos de dizer, de referir certas distinções filosóficas sutis, entre o que são “aparências” e “essências”, “imagem” e o respectivo “objeto”, ou então “fenômenos” e “nômenos”.

Isso era muito visível, materialmente visível, no teatro, quando um ator, que era gente, atuava com as feições cobertas por uma cabeçorra enorme, colorida, com uma carantonha de linhas fortes, para ser vista de longe e que também tinha, na altura da boca, um megafone para amplificar a voz, por onde a voz do ator (chamado de “hipócrita”) passava. Aí se deu o problema todo, no nome romano dado a essa peça, a máscara teatral, que foi o de “per... “sona”, separadamente, como uma locução verbal, “por onde soa”, “por onde passa”, a voz do hipócrita. Persona era o nome da máscara, coisa inanimada, mas acabou confundindo-se com o próprio hipócrita sob ela nisso: em que pessoa é gente.

Três pessoas numa só é o que restou, num terrível equivoco, da sutileza de que havia três aspectos, três modos analíticos de se encarar, disjuntivamente, um certo objeto, apenas ideal.

Aos olhos da humanidade, o Pai, que é o autor de tudo, nunca aparece, apenas damos à catadupa de amor que jorra de três fontes (isso só esquematicamente)

conjuntas, como se fossem uma só, os nomes substitutivos de “destino”, “fatalidade”, “natureza” ou “providência” que são aquele foco único visível, mas decomponível do modo indicado.

Além do Pai, o próprio Jesus, modestamente autodenominado de apenas “o Filho”, também não aparece, como tão pouco o exército de colaboradores que são os espíritos sublimados, o que se vê deles, são só as aparências, visíveis e sensíveis, dos elementos da Natureza, as chamadas forças fáticas cósmicas, as tectônicas, as circunstâncias, enfim; os reais atores, os hipócritas verdadeiros (no melhor sentido desse paradoxo) são invisíveis, apenas suas “personas” ou aparências é que se mostram, os seus aspectos.

Lecionar a humanidade, ensinar os bilhões de seres humanos, de fato uma “classe” descomunal, é tarefa de dimensões incomensuráveis, pois tal como acontece nas pequenas salas de aula, onde o que professores ensinam costuma perder-se nas cabecinhas, mal estas põem o pé para fora da escola, rumo de casa; também as finas, fluídas, transcendentais noções sobre o cosmos, o existir sem fim das almas, a imortalidade, são igualmente desaproveitadas quase em sua totalidade.

De tudo restou o grosseiríssimo trambolho ideológico, o **trambolho crasso** como um rebotalho, das “três pessoas numa só”, o “um-mais-um-mais-um-igual-a-um” do dogma da “**Santíssima Trindade**”, objeto de uma coação mortal, **desapiedada**, de “credo quia absurdum” ao próprio estupro mental do “crê ou morre”.

Pulando de um plano para outro, o que o sistema federativo colocou em seu discurso ideologizante é que o **Espiritismo** tinha de: forçosamente, numa injunção **autoritária**, ser visto e pensado não como aquilo que Rivail **efetivamente** colocou, a definição apenas dual de sua obra

como ciência e filosofia e nada mais; mas sim, indo além dessa dupla especificação autoral, também como o que o Abade François Chosnel tinha aventado, numa intromissão indébita, vindo xerxear onde não tinha sido chamado, numa triplicação, uma triplicidade espúria, falsíssima, inventada, como também uma "religião" (ou uma "moral").

Rivail limitou-se a tão somente duas definições, já os religiosos e moralistas de plantão, como pruridos de extrapolação desse limite tão razoável, pularam de duas para três, com a incorporação do palpite absolutamente intruso, desautorizado, de Chesnel, praticando assim uma saída para fora dos limites de Rivail e uma gazeta nos domínios da chesnelização.

O autor do Espiritismo reagiu à investida chesneliana e rebateu-a, numa rumorosa polêmica que, além de marcar sua posição avessa ao religiosismo, à introdução da religiosidade, serviu também para ajudar a desencalhar a primeira edição do Livro dos Espíritos que tinha-se acumulado sem saída, havia dois anos (1857 – 1859), pois açulada pela polêmica, a opinião pública comprou adoidado a obra assim controvertida e tão disputada, para assim ver por si e tomar suas próprias decisões sobre a porfia. Nos limites, porém da definição autoral, o Espiritismo é só ciência e filosofia, nunca uma religião.

Como isso aconteceu? Como as pessoas que eram responsáveis pelo movimento federativo chegaram a essa triplicação totalmente descabida? Muito simples, é que o apego, a fixação no três, já é uma constante no bestunfo da humanidade como um todo, onde quer que haja um cérebro humano lá estará, incrustada nele, como um engrama, que é uma forte marca cerebral que se adquiriu, a idéia fixa do número três como uma quantidade mágica.

Num delíquio do espírito, numa escorregada do entendimento, lá entrou a idéia universalíssima do três, de

envolta com as duas definições genuínas originais de Rivail, que são irretocáveis, irrepreensíveis, agora aumentadas, tal como supermercados fazem com suas maquininhas de remarcar preços, de duas para três, isso como o Abade Chesnel queria, mas nunca como Rivail consentiria, autorizaria.

Denunciada essa manobra de chesnelização, essa rendição à ideologia religiosa pelo sistema federativo brasileiro, ficou visto que tinha acontecido, aqui, a situação descrita por aquela eterna anedota do pintor Apeles.

Esse sublime artista grego, expôs um quadro seu ao público na sua janela e ocultou-se de modo a ver, ouvir mas não ser notado e assim recolhia as opiniões e impressões de todos. Um sapateiro passou e, dando com um erro notório de Apeles no desenho da sandália da figura retratada, fez esse reparo, esse apontamento, em voz alta, denunciando que a sandália estava errada. Achando justo o reparo, Apeles assim que pode, corrigiu-o e pôs de volta na janela o quadro, para ver no que dava.

Um dia seguinte, o mesmo sapateiro passou ali e, tendo visto seu reparo atendido, quis ir além e, deixando seu nível natural de conhecimento, que eram os calçados, pois afinal essa era sua profissão, já proferiu outro palpite, desta vez criticando a perna da figura, achando-a mal pintada. Então **Apeles**, saindo de seu esconderijo, censurou o sapateiro, dizendo: "não suba acima da sandália" (nec sutor ultra crepidam) que significa o mesmo que "limite-se a sua competência, fique na sua".

O sistema federativo deu uma de sapateiro, algo que ficou o símbolo universal da incompetência, da saída para fora do que realmente compete a cada um, para ir invadir a competência alheia. Ao elevar de duas definições originais, genuínas, para três, ato que equivaleu a se sair de Rivail para Chesnel, o sistema fabricou um dogma muito seu, só seu, onde o engrama, a idéia fixa da triplicidade, da

trinaridade, foi atendido mas onde a lealdade a Rivail foi abandonada.

A visão autoral, de uma simplicidade natural, é que o Espiritismo começa como uma ciência, pesquisando os fatos visíveis, sensíveis, que oram os movimentos de objetos habitualmente inertes, os sons e ruídos sem fonte explicável, e acaba como uma filosofia, não como uma mera filosofia de vida, que é a desculpa de todos os excêntricos e extravagantes para se entregarem a condutas diferentes, mas uma filosofia mesmo, no sentido genuíno dessa palavra.

É portanto um continuum, uma continuidade indivisa, bipartite, pensável apenas dualmente, com duas categorias embutidas, anexas, acopladas, mas não se pode precisamente determinar em que ponto exato começa e acaba cada uma delas, as suas duas partes, esse ponto de mutação de ciência para filosofia e vice-versa, é meramente ideal, algo muito subjetivo.

Sabe-se apenas que são partes alotrópicas, reversíveis entre si, a passagem de uma para outra é insensível, de uma vai-se à outra e desta refluí-se, recaí-se na primeira, quase que imperceptivelmente.

Um simples exemplo ilustrará isso: tendo um Espírito assinalado que achava-se sentado em uma cadeira ao lado do médium, Rivail foi lá e sentou-se nela perguntando em seguida: “como é?” O desencarnado explicou que agora achavam-se ambos interpenetrados, Rivail seria visto por um vidente como que nimbado, envolvido, por ele, espírito e este, confundia-se como imagem com aquele, contido em seus limites.

Estava violada assim a regra científica de que dois corpos não podem ocupar simultaneamente o mesmo lugar no espaço. Todavia, uma consideração, filosófica agora, impunha-se: o fato existia, era real, estava ali para

ser visto, só que, das duas uma, ou os dois ocupantes simultâneos da mesma posição no espaço não podiam ser chamados de “dois corpos”, visto só Rivail estar corpóreo ali, já o espírito não; ou então eram dois os espaços em que cada qual estava e um é que diferia do outro, havia multiplicidade de espaços. Agora podia-se escolher: ou a teoria ontológica, de que os dois seres diferiam, um sendo corpóreo, material e o outro não; ou a teoria espaciotemporal, em que o espaçotempo é plural, múltiplo, vário, diferenciado, além do propriamente trino espaço euclidiano há mais dimensões, como aliás viria mais tarde a propor o esquecido mas imenso Zöllner, que entrou com a idéia da “quarta dimensão” espacial, uma tal em que residiam os desencarnados, dondo eles vinham para entrarem nesta dimensão aqui, na tridimensionalidade euclidiana (ou quadridimensionalidade einsteniana); e para onde voltavam, assim que daqui se retiravam.

Isso começa por ser uma questão de física (o problema de ocupação simultânea de dois objetos em um mesmo ponto do espaço) e termina por uma questão bem filosófica do quê afinal é o espaço? O que é o tempo? O que são os seres nos dois estados, o corpóreo e o incorpóreo? O que é corpo? O que é campo?

Ora, isso nenhuma relação tem com a palavra “religião” e o seu conteúdo conceitual, nem com a outra, “moral”. As duas são cada qual um caso de polissemia, a da segunda bem mais numerosa do que a da primeira e Rivail por isso descartar-as para referirem, institucionalmente, o Espiritismo..

Como ciência e filosofia que simultaneamente é, o Espiritismo esgota-se inteiramente nessa definição dual autoral. Não dá para ser encarado também como uma terceira outra coisa, Rivail nunca fez isso.

Com a palavra religião a impossibilidade é manifesta: esta palavra tanto significa “laço”, como “culto látrico”. Ora,

culto látrico o Espiritismo não é, logo, esse sentido aí, o mais forte e universal dos dois, impede, impossibilita que, mesmo no outro sentido, apenas de “laço”, a palavra pudesse ser usada, seria imenso risco, de que? De falsidade ideológica, que é quando se toma por válida uma afirmação que de fato não o é, encerra uma idéia falsa em seu bojo.

Com a palavra “moral” já é um pouco diferente mas no fim é o mesmo se usada levemente, como se faz para manter o dogma do triplice aspecto e justificar a quantidade mágica de três aspectos, arrisca a mesmíssima falsidade ideológica, tem a mesma capciosidade, a mesma indução ao que é o sentido falso. Discutamos isso.

Há embutidos, na palavra “moral”, um alcance como substantivo e outro como adjetivo. Em ambas as categorias gramaticais, redivide-se o seu emprego em várias significações diferentes, no fim é quase uma dúzia, anda perto disso, o feixe total de acepções.

Ao definir dualmente só como ciência e filosofia, Rivail estava limitando aos adjetivos de “científico” e “filosófico”, o Espiritismo. Já no plano dos advérbios, fatalizava que só “cientificamente” e “filosoficamente” era restrita a sua apreciação. Não sendo uma religião, então nem “religioso” nem “religiosamente” são palavras aplicáveis a ele.

Mas, como moral, é diferente: Rivail mesmo fartava-se de dizer que a ciência espírita era moral, a filosofia espírita moral também e que tinham ambas “conseqüências morais”. Esse uso adjetivo significava o que? Claro que era qualificativo da substância ou natureza ora da ciência e da filosofia, em si mesmas, ora de suas conseqüências já fora de si; que elas são morais porque sendo só formas ideais, coisas ideais, abstratas, cognitivas então não são materiais, físicas, concretas, no sentido de sua substância. Todas as ciências e filosofias são morais em tal sentido específico, como também todas as paixões, os sentimentos, os pensa-

mentos, são puramente fatos morais pois não são físicos.

Uma dor é moral quando um remorso, uma ingratidão, uma saudade. Já uma dor de cabeça, de dentes, uma unha encravada, são dores físicas, no sentido de corporais, não são só morais. Essa é uma distinção bem crassa a fazer.

A idealidade é natural das ciências e filosofias, como de todas as formas puramente cognitivas, que não tem substância material. Nesse ponto de vista, ideal e moral são sinônimos.

Também se separa o que é moral como aquilo que consiste em hábitos, agires constantes, repetitivos, pelo ótimo “mós-moris” que significava exatamente isso aí, no latim. Diferente do que são os atos isolados, episódicos, fortuitos, os hábitos são morais precisamente por isso. Qualquer ciência é, em tal sentido, outra vez, moral, pois influi nos moros, os hábitos, é morigeradora, implica em morigeração. Cultural, moral, habitual são apenas sinônimos.

Finalmente, diz-se que uma ciência é moral quando não é imoral, nem amoral, não afronta ou contravem uma axiologia qualquer, uma regulação moral determinada, um norma social de conduta...

Houve tempo em que a medicina era decididamente imoral, quando desenterravam cadáveres para os dissecar, furtivamente, violando as leis civis e religiosas que proibiam isso. Hoje a eugenia, uma ciência controvertida e que derivou do neomaltusianismo, do neodarwinismo, fixou uma má fama de imoral ou amoral quando se envolveu com o nazismo.

Ao expor o Espiritismo como uma ciência moral e uma filosofia também moral, Rivail mostrava-o como um fato de boa qualidade e de utilidade social, que não era inquinável de malsão, este é outro aplicativo de moral.

Quer na distinção do que fosse apenas ideal, não nada físico; ou na que separa o que é episódico, isolado, fortuito,

esporádico, do que é habitual, no extremar o que é útil, edificante, ético, do que não é; em qualquer uma dessas três separações, Rivail usava o adjetivo “moral”, de alma leve. Em qual acepção ele não preconiza, então, o emprego dessa palavra?

É só quando a palavra é usada como um substantivo para, precedida por artigos e seguida pelo adjetivo “espírita”, compor as expressões substantivas de “a Moral Espírita”, ou então “uma Moral Espírita”, a isso é que Rivail objetava e é bem fácil entender por que.

Em tal uso, ficaria parecendo existir uma entidade tal que constituísse, primeiro, uma regulação formal dos atos e hábitos de um grupo, ( os adeptos ) que fosse permissiva ou proibitiva, mandatória de sua conduta e cuja origem ou autoria fossem os Espíritos, por extensão também, Kardec como um co-autor. Esse é o mal dessas expressões, esses alinhamentos de palavras com um sentido fechado, quando arriscam um entendimento forçado que se quer evitar.

Dito assim, que houvesse “a Moral espírita” ou “uma Moral Espírita”, pareceria que os Espíritos e Kardec reivindicam para si a autoria dessa regulação formal, dizendo que esta emanara deles, pertence-lhes, o que afastasse sobremaneira daqueles conceitos tão palatáveis que já desfiamos, onde moral como adjetivo, não como substantivo, é indicativa de substância, de capacidade de morigeração, de um fato ser ético e edificante, não aético ou nocivo. Ou então de constância e repetitividade.

Rivail esforçou-se sempre por demonstrar que o Espiritismo era moral, no sentido de ser capaz de influir positivamente nas pessoas e não representar nenhuma incitação a insurgências, transgressões, condutas censuráveis. É sua a frase tão conhecida de que “reconhecesse o verdadeiro espírita por sua transformação moral, o empenho que coloca em domar seus instintos e paixões, “

o que é um plano todo moral.

Só que ele não aceitava que se pudesse imputar a si nem aos espíritos a autoria daquela moralidade que estava implícita no Espiritismo, isso não só por modéstia ou recato, mas por honestidade intelectual pois a origem, a autoria daquela Moral que transpirava dos mínimos contatos com o Espiritismo, não pertencia senão ao próprio Cristo, pois era a própria Moral crística que estava sendo revisitada, resgatada.

Essa é a diferença: Rivail proclamava, honestamente, que a reconhecida influência moralizadora, morigeradora, espírita, emanava daquela Moral de todos conhecida, a do Cristo, tinha é a este como fonte e autor, não era um produto dele, Rivail como sistematizador de nossa cultura; nem dos Espíritos, como o seus co-autores. Desviava, assim para o seu legítimo dono o pertencimento, a propriedade daquele fato sublime que de outro modo, ao se tomar ao pé da letra a expressão tão dúbia, de “Moral Espírita”, se estaria usurpando, como de autoria dos Espíritos e do seu co-autor Rivail, como exclusiva, própria, original e inédita autoria destes o que de fato não era.

Quando Rivail adjetiva de moral ao seu produto e dos espíritos, primeiro está proclamando o caráter puramente ideal dele, a sua característica de pura idealidade, de nenhuma materialidade no sentido crasso dessa palavra. Os laços que unem os espíritas, sentenciava, são puramente morais, nunca materiais, não são como os que unem as pessoas nas religiões, nos partidos, nas corporações, nas profissões.

Quando repete noutro passo essa adjetivação, está falando é do quanto esse produto cultural é resultante, é conseqüente, como não se esgota em si mesmo, numa auto - celebração em circuito fechado mas sim projeta-se sobre os agiros, os pensares, os hábitos ( os mores, i.é, os

costumes ) das pessoas, modificando-os, tal como a medicina preventiva, a ecologia, a assepsia, a profilaxia, que hoje, sem fazerem nenhum julgamento propriamente moral de ninguém, recomendam, advertem que fumar dá câncer pulmonar, enfisema pulmonar e outras moléstias respiratórias; ou gástricas e tornam popularíssimo o hábito de ferver o leite e tratar a água, lavar as mãos após ter saído do banheiro e antes das refeições, a vacinação como um hábito, um dever até; a se evitar a excessiva exposição ao sol; a preservação ambiental, finalmente, o uso da camisinha nos atos sexuais, tudo isso sem nenhum moralismo (o sentido repressivo, permissivo-coibitivo) mas bem moralizante (o caráter apenas conselheiral, só de persuasão, convencimento, suasório,) que é outra forma de se dizer que algo é moral.

Nós vivemos no Brasil um clima de imensa transgressão e insurgência quanto a princípios, eixos e coordenadas de conduta, dos agires. Onde aparece escrito que “não pode estacionar”, é ali mesmo que de carro nos detemos. Se diz para não colocar cartazes nem escrever nada, é exatamente onde proliferam, agressivamente, os grafitti, as pixações, o horror das colagens. A frase anódina, inocente, de que “O ministério da saúde adverte que fumar pode provocar câncer...”, desperta reações de teimosia, rebeldia e aí é que se fuma mais furiosamente.

Por mais manso, persuasivo, conselheiral que seja o recado, o slogan, a mensagem, mais se acende a reação de freima, teima, pirraça onde multidões exacerbadas querem mais é contravir, ir contra, no que chamam de “preservação do seu espaço, de sua liberdade”, como se ler, apenas ler, ou meramente ouvir, a opinião alheia, já representasse grilhões nas mãos e pés, cárceres para o pensamento.

Por isso, as pessoas entram no Espiritismo mas este não entra nelas; elas saíram das religiões mas as religiões

não saíam de dentro delas; como se estivessem turrando e desfeiteando, mandando às favas seus próprios pais, a quem pareceria prova de fraqueza e burrice, carece ou o que valha, dar ouvidos, dar atenção; então elas olham para o compendiamiento da ciência espírita, da filosofia espírita, como se olhassem para a caturrice de um chato professor, ou como alguma nova coisa autoritária ou coercitiva a mais para elas contestarem, a chatice de um síndico de condomínio para contravirem, botarem de lado como inservível, questionarem, rebelarem-se e assim provarem que não têm de submeter-se a nada ou a ninguém.

Mas acontece que muita liberdade demais acaba dando em escravidão, quem não se disciplina, não impõe freios a si mesmo, acaba sob o cabresto dos outros, por tudo isso, nosso povo generoso, mas tão rebelde, tão metido a livrezinho, a não dar satisfações a ninguém; acaba é prisioneiro do pior cativo que é a ignorância, onde se é dominado por quem nos reprime sem dó, nos supera, se ergue sobre nós, enquanto chafurdamos.

É que existe a liberdade moral ou de pensamento e há os cativos físicos, corporais. Nas religiões, o cerceamento atinge o corpo e a alma, tanto se é proibido de pensar livre como também de se vestir o que se quer, usar os cabelos do modo que nos apraz, as mulheres são censuradas se expõem o colo, as pernas, os braços, já as dimensões dos vestidos têm de ser de tal modo que a cobertura do corpo, o tapamento de tudo existente nele vem a ser de uma eficácia total.

Mal crianças nascem já lhes impõem o batismo, depois o crisma, as sucessivas comunhões, a confissão, o casamento e quando nascem os seus filhos, então o ciclo de condições recomeça. O "não pode", o "não deve", o "é proibido", o "ó pecado", tão corrente nas religiões, é mera projeção dos "psius", "sai daí", "fica quieto", "cala a boca",

“vai deitar”, berrados pelos pais. Se uma fonte maneja o chinelo, o cinto, a palmatória, já a outra opera como ameaça do inferno, da excomunhão, da execração. E vida que segue.

No Espiritismo, não, como sua substância é puramente moral, só ideal, nunca material em nada, para nada, então inexistente tudo isso, ninguém ameaça, invectiva, apostrofa, ralha ou passa pitos, carões em ninguém, tudo é só pedagogia, didática, também pudera: Rivail era um pedagogo, um carinhoso professor, criou um universo de lecionamento, persuasão, convencimento, puramente voltados para o supremo fim de sua vida de Mestre: a educação, a instrução pública. A morigeração do povo.

A liberdade material, corporal dele está na ausência absoluta nele de nenhum elemento coator propriamente físico, material; tudo se passa a nível estritamente moral, até mesmo o traço, originalíssimo, da gratuidade perfeita, o desinteresse total por ganhos, lucros, proveitos, que é proveniente da própria experiência pessoal de Rivail, que lecionava o alunado pobre, sem cobrar dele nada. Ele e a sua mulher, a terna meiga Gabi.

O modelo espírita, o paradigma de sua organização comunitária é visivelmente o da escola, o letivo, já que por definição autoral o Espiritismo é só ciência e filosofia, é pura cognição.

Rivail conceituava a educação como “um conjunto de hábitos adquiridos”, inscrevia assim no plano moral (dos hábitos ou mores, dos “mós-moris”) o fato educacional, bem como situava aí, precisamente aí, o esforço espírita, como um processo só letivo, de transferir à sociedade o quadro de conhecimentos típicos dessa fonte letiva, que eram morigeradores, por ela ser geradora de mores, de hábitos, modificadora de agires, pensares, fazeres.

Aqui no Brasil, por um gravíssimo erro, tomou-se outro

modelo, outro paradigma (o religioso) e imaginou-se que o Espiritismo era uma religião, que tinha de salvar almas, plasmar uma congregação de fiéis, uma igreja de crentes e adoradores, sujeitos a uma Moral confessional, rigorista, tudo nos conformes do modelo tomado, que é o religioso moralista. Nada disso foi tirado de Rivail, tudo é introdução do sistema federativo, a partir da intromissão de Chesnel e com o reforço de Roustaing. Bem como, é claro, com a colaboração do íntimo religiosíssimo dos dirigentes e militantes dessa “Igreja Espírita”, que aqui no Brasil se montou.

Brinca-se, graceja-se, nos devidos círculos (publicidade e economia) sobre um certo paralelo entre a economia do Brasil e a da Argentina, o chamado “efeito Orloff”, aquela frase do “eu sou hoje você amanhã”. Pois vamos pegar essa figura espirituosa e dizer que Rivail teve, ao pé de si, o próprio “efeito Orloff” que era o Positivismo de Comte, quando viu acontecer, a partir da desencarnação deste, em 1857, a degradingolada do que formidável ismo científico o filosófico, ateu e materialista, teve a fantasia de tomar a palavra “religião” como um rótulo ostensivo do Positivismo (chamando-o de a “religião da humanidade”) embora fizesse isso estritamente no sentido de “laço” que a palavra latídica contém.

Chamado de religião com a intenção de dizer que era um laço entre os homens, um laço puramente moral pois que só científico e filosófico, o Positivismo foi entendido como “um culto” pelo povão, a galera, e aí desabou, povoando-se de extravagâncias, excentricidades, tudo que a ignorância, o cacoete, o faniquito introduziram, confessionalizando-o, tornando o laico produto comtiano em uma Igreja com templo, culto, clero.

“Eu sou você amanhã”, parecia dizer o Positivismo ao Espiritismo, e Rivail, que não era tolo nem nada, partiu para

atalhar o “efeito orllof” daquela perfeitamente previsível excentricidade humana, de se fabricar uma Igreja em cima de uma ciência e uma filosofia.

Há um aspecto na biografia de Rivail que ainda não foi suficientemente ventilado, parece em uma primeira vista não encerrar mistério nenhum, pois sempre é pensado do modo mais fácil, crasso, mas errado. Depois, assim que se reconhece haver nele uma certa complicação, então já se começa a pensar mais criticamente mas só num terceiro momento, assim que se absorve mais informação, então se consegue sacar o erro inaparente, absurdo, o erro não ostensivo, que está implícito, oculto, sem dar muito na vista.

Trata-se de uma frase, muito repetida e a que não se dá muita importância, de Maurice Lachâtre, um grande enciclopedista, muito amigo de Rivail desde jovem, de que este, na sua juventude, pensava muito em “unificar as religiões”. Pegando daí, os religiosos sempre acharam, numa primeira visão simplista mas falsa, que Rivail sempre quis ser um fundador de religião, daí (dizem esses religiosos) o Espiritismo ser uma delas, uma só, não, mas “a” religião, a própria por excelência. Como eu disse antes, é um modo fácil, mas crasso e errado, de pensar o ponto.

Nada na enxuta personalidade de Rivail permite se pensar assim. Nada tinha de místico, sonhador, visionário, religioso, pio, era o avesso de tudo isso, quem o diz são seus biógrafos, especialmente a sua tradutora para o inglês, Anne Blackwell, que deixou dele, inclusive, um retrato falado mais interessante que a meia dúzia de retratos fotográficos ou pintados que todos conhecemos.

“... mais parecia um alemão do que um francês”, frisava ela, de fato Rivail era um germanófono, assimilara a cultura alemã, bem como era um espírito universalista, antenado em todos os pontos cardeais. Por isso é que aquela “nouvelle

vague” bem alemã, da religionswissenschaft, a “ciência das religiões comparadas”, quando foi criada e se difundiu pela Europa (1830), deve ter sido atenciosamente estudada pelo jovem Hyppollithe Rivail. Impossível que não. Talvez Lachâtre, mal entendendo o interesse que deve ter sido imenso, do seu amigo pela religiowissenschaft supôs que isso fosse, por um equívoco seu, um desejo místico dele de “unificar as religiões”. Na verdade a ciência germânica de fato unificava-as, sim, mas só como um objeto único formal seu.

Considerando-as como um só objeto formal, estudava comparativamente os cultos, as latrias, as fés religiosas, como manifestações da crença no sagrado, no divino, a superação do profano e do humano, essa ciência para logo ocupou dezenas de cátedras nas universidades européias, expandindo-se rapidamente, justo nos anos de formação de Rivail.

Ao mesmo tempo, com as ciências lingüísticas revolvendo o solo das culturas e civilizações, produzia-se uma autentica arqueologia semântica, permitindo rastrear o que determinada palavra queria significar em uma certa época e depois no que ela, partindo daí, veio a tornar-se. Essa pinça ou tenaz formada por dois lados convergentes, de um, a religiowissenschaft e de outro as ciências lingüísticas, devem ter sido o lastro, a base que permitiu a Rivail pensar correto, que o Espiritismo devia ficar somente ciência e filosofia, se quisesse sobreviver, não admitindo nenhuma concessão para quaisquer desvios religiosos ou moralistas.

Hoje podemos pensar assim com tanta abertura mas naqueles bicudos tempos em que tudo estava ainda fluído, indefinido, incerto, só adquirindo estabilidade depois, então mais se divagava do que tinha-se certeza firme do que estava dizendo e mesmo assim Rivail gradualmente descolou a noção, tornada crucial, axial, em sua concepção autoral, de que o Espiritismo tinha de, numa injeção

histórica, afastar-se tanto de um, quanto de outro dos dois prejuízos intelectuais, esse par de Scylla e Charibdes que são a religião e a Moral (enquanto palavras) pelo acúmulo de equívocos, a soma de incompreensões e excessos que há nelas, como rótulos.

Em lugar de ser tudo aquilo que se diz delas (que são duas megeras, duas Medusas horripilantes), tanto a religião como a Moral (a inicial maiúscula é só para denotar que é um substantivo) são apenas deformações, deturpações de sentido de étimos, origens, muito claras na antiguidade mas que depois tornam-se fontes de terríveis confusões que roubaram a liberdade mental e até mesmo a corporal das pessoas.

Religião era para os romanos apenas um conceito, um rótulo que se dava ao conjunto de ligações puramente morais entre as pessoas, como a “religião da família”, os laços familiares; os laços de família; já “a religião de sangue” era só os “laços de sangue”, a consangüinidade; como a “religião política” são os laços partidários, que até hoje diz-se fazerem “correligionários”, essa palavra reflete sua origem. A “religião da amizade” continua nos “laços de amizade”, o círculo de amigos; finalmente a “religião do culto” é também o sentimento de nossa identificação com quem crê religiosamente o mesmo que nós, nossos iguais em fé religiosa, pertencentes à mesma (em termos atuais) religião.

Eram todos laços humanos, laços sociais, de substância puramente moral, eram só categorizações, conceitos de agrupamento das pessoas em classes, que os romanos faziam. Mas hoje, mudados os significados, embora as expressões, os conceitos-fonte ainda sobrevivam, torna-se inviável usar a palavra tão fatídica como rótulo formal do Espiritismo pois arriscaria o “efeito orllof” do Positivismo: a sua desativação pela degeneração.

Do mesmo modo com a palavra “moral”, inicialmente era apenas o nome romano da “mantia” /mantéia ou “scientia” grega Ethika, daí até hoje dizermos que é ético-moral esse assunto, de apreciação dos atos humanos, englobando os dois nomes, o grego e o romano, da antiga área científica e filosófica..

Porque “ética” sugere o étimo de “ethós”, como atos, ações; também “moral” aponta “mós-moris”, só que no latim esta palavra nomeava os atos continuados, os agires, os fazeres, as constâncias de proceder e não propriamente os atos singulares, isolados, eram só os hábitos que se chamavam de “mores”, donde “moral” ser o perfeito sinônimo de “habitual”, de “cultural” também.

Manter um hábito, conservá-lo, praticá-lo, era a própria substância da palavra “moral”, como um adjetivo aplicado ao substantivo “acto”, ação, qualificando-o como repetitivo, costumeiro, usual.

Formou-se aí uma curiosa contraposição tríplice de conceitos, entre o que era apenas ideal; e o que já era actual (isto é, os movimentos corporais, não mais apenas idéias) e o que era moral, ou seja, os actos repetitivos, continuados, hábitos, os costumes, não apenas ações isoladas, singulares. Ideal, atual, moral eis como os romanos flexionavam, distinguiam os três planos ou níveis das manifestações. Idealizar era imaginar, praticar a pura faculdade de pensar; já atualizar era transpor do plano só ideal para o actual ou atual, era o agir, passar de meras idéias, desejos, intenções para atos concretos, isso era atualizar. Já o agir continuamente, com constância (os romanos diziam “longanimidade”, a qualidade de ser longânime, perseverante, de longa disposição de ânimo) isso era o nível moral, dos hábitos (“mós-moris” / mores).

Depois é que se desenvolveu o juízo valorativo, quanto ao valor atribuído às ações principalmente as morais

(habituais) se estas eram nocivas ou benignas, convenientes ou não. Aí o flexionamento já foi outra mas ainda tríplice também, as ações foram distinguidas como (1) “morais”, (2) “imorais”, e (3) “amorais”, mas já o pivô não era mais se constituíam (1) meras idéias, (2) atos corporais isolados ou (3) hábitos e sim se estavam (1) em acordo, (2) em desacordo ou (3) se à margem de uma certa Moral, de um conjunto formal de regras normativas de conduta imposto a um grupo. É preciso separar bem e distinguir o juízo de fato, que aprecia se ações são ideais, atuais ou morais; do juízo de valor que as categoriza em morais, imorais e amorais. São dois planos muito diferentes de apreciação. Na falta dessa compreensão, então rola toda a confusão em torno do uso dessa palavra.

Quando se diz que algo é “moral”, puramente, fica-se no ar, na dúvida, do que se trata, pois há vários planos ou níveis em que esse algo pode ser “moral”, precisa especificar em qual deles.

Por exemplo: trata-se de uma coisa apenas abstrata, ideal? ou se não, se ela já é material, física, concreta? É o caso de uma paixão, uma dor, que pode ser apenas abstrata, como a saudade, o amor não correspondido (a dor de cotovelo), o ciúme, a inveja etc. ou então uma topada com o dedão numa pedra, uma canelada na quina de um móvel. Aí está a separação entre o que é puramente moral e o físico, numa das acepções da palavra.

Na prática, tudo se perde na linguagem vulgar, no coloquial ou então na indisciplina quando se escreve: era para uma categoria gramatical estar denotada quando se grafa; se substantivo, com a inicial maiúscula; se adjetivo, com minúscula; pela anteposição de artigos no substantivo e no adjetivo não; e quando se fala de uma entidade com existência puramente ideal mas própria, exclusiva dela não podendo ser confundida com outra, como são a Moral de

Cristo, a Moral Cívica, a Moral Cristã, então deve-se grafar esses altos conceitos, muito necessários de ficarem bem denotados, com iniciais maiúsculas sempre, para ficar sempre claro que é deles que tratamos.

Rivail manejava com precisão tanto o juízo de fato quanto o de valor: dizia que a ciência espírita é moral, que a filosofia também, em todos os sentidos contidos no juízo de valor, quando o Espiritismo não é imoral nem amoral, mas essencialmente ético, edificante, salutar, ou então quando ele não consiste apenas em estímulos isolados, episódicos, contatos fortuitos, dos seus adeptos com ele, mas sim em habituações permanentes, que são mores, hábitos, modificações de caráter, transformação moral. Ou então que a substância, a essência do Espiritismo é moral, pois que só ideal, consiste só em noções, princípios, conhecimentos, pois que é uma ciência e uma filosofia, logo não é material, só é moral, pois que só cognitivo.

A única forma de emprego dessa palavra que ele rebateu, recusou foi quando com ela passaram a compor, fabricar duas expressões tendenciosas, capciosas, substantivas: “a Moral Espírita” ou “uma Moral Espírita”, aí Rivail enxergou, muito longe e primeiro que qualquer um outro, o perigo embutido, o risco incrustado nelas, a necessidade de nos precavermos quanto a isso.

Quando se diz assim está-se fatalizando a declaração de autoria, está-se dizendo que existe “uma Moral”, ou seja, um conjunto de regras, uma regulação formal ou normatividade dos atos, a qual seria de autoria dos Espíritos, incluindo Rivail como co-autor e que está amarrada pela adjetivação, como pertinência, propriedade, com os espíritas, dir-se-ia que fosse uma exclusividade, uma privatividade, ou dos Espíritos (e Rivail) como autores ou dos espíritas como o grupo submetido a essa regulação moral.

Ora, nada mais falso do que isso: os Espíritos e Rivail

discutiram, sim, uma axiologia moral, mas nunca pretenderam a autoria e isso seria uma usurpação de direitos autorais, eles sempre a atribuíram ao Cristo, dizendo que pertencia a esta fonte sublime, isso ficou sempre claríssimo, sem qualquer sofisma possível.

Rivail desadorou e manifestou sempre seu desagrado, sua desaprovação formalmente ao uso daquelas duas expressões (a “Moral Espírita”, uma Moral Espírita), pela falsidade ideológica que elas embutem, de que a moralidade imensa, sublime, inerente à filosofia espírita, constituísse uma criação própria, exclusiva, inédita, original dos Espíritos e dele, Rivail.

Só o sistema federativo brasileiro é que, para manter intato o dogma que inventou o número místico, trinitário, de aspectos que por sua própria conta e risco arranjou, então preveniu-se contra a impugnação da palavra religião e em lugar dela, como um estepe que se troca pelo pneu que furou na estrada, botou a Moral como um novo terceiro termo no tríplice aspecto, mas este novo é tão falso quanto o outro, ambos são falsos não só porque semanticamente nada têm a ver com o Espiritismo, e Rivail por isso os descartou, mas também por que sempre serão excrescências, supérfluos, excessos numerais, já que Rivail limitou-se apenas a uma definição dual.

Hoje, quem fala ou escreve a palavra “religião” só pode licitamente estar referindo é o culto látrico, a fé religiosa, nada mais. Pretender que está falando é do antiquíssimo e desusado conceito de “laço social” dos romanos é fazer pouco da inteligência dos outros, pois não é.

Do mesmo modo quem chama numa altercação o outro de hipócrita está é xingando-o, invectivando-o, dizendo que é fingido, falso, impostor, mentiroso, isso nitidamente é uma injúria moral, a ninguém ele irá convencer de que está é usando o antigo sentido da palavra, de ator, histrião, isso é

uma desculpa, não é uma explicação.

Também quem maneja a palavra moral, atualmente, isto é, hoje em dia, está é fazendo juízo de valor, movendo-se no domínio dos julgamentos de conduta, fiscalização da vida alheia, o território dos ti-ti-tis, das fofocas, das candinhas, as candongas de comadres, a maledicência, a condenação, o falatório sobre os atos das pessoas, o rigorismo repressivo-proibitivo, o que aquele pode e deve fazer e o que não; enfim, é disso aí que estará tratando, e não, mas claro que não, de alguma outra coisa. Estaria falando só de hábitos? de moral enquanto comportamental, psicossocial? Ora, isso seria risível, ninguém conhece mais esse significado, eu é que estou aqui lembrando-o.

Isso se aplica também ao uso da palavra “doutrina”, especialmente quando ela é usada com ênfase, destaque especial, como “a Doutrina” ou “Doutrina Espírita”, um uso que considero muito ruim também, admira-me que as pessoas não se tenham dado conta disso ainda.

Uma palavra torna-se inservível quando começa a ser usada para fins outros que desabonam, desmerecem, lançam no ridículo ou na má fama o objeto que originalmente ela designava. Foi o caso dos atores: por mais histórico, castiço, vernáculo, que seja chamar de hipócrita a um ator, isso é só no papel, já na vida real quem o fizer arrisca-se a levar uma reação forte do profissional artístico, que não está aí para ser invectivado, ofendido, a pretexto de um trocadilho de significados.

Antigamente, quando nos reuníamos com alguém, permanecendo por algum tempo em sua companhia, seja para o que for, dizíamos, posteriormente, que “fulana ou fulano esteve comigo”, “ficou comigo” ou coisa parecida. Hoje não podemos mais dizer assim pois o “estar com”, “ficar”, significam acasalamento sexual, conjunção carnal, coito, ir para a cama, manter relações sexuais, ligação amorosa

sexual e por aí afora. Foi uma mudança semântica importante, quem não acredita, que tente sair dizendo levianamente esse tipo de coisas por aí, para ver só no que dá.

Ora, doutrina, até recentemente, queria dizer exatamente o mesmo que ciência, filosofia, religião, opinião juízo, qualquer assunto sério, elevado, que fosse tratado, discorrido explanado, referido sob a forma de enunciado formal, emanado de fonte douta, doutoralmente, por isso era uma doutrina.

Rivail mesmo costumava dizer, para não ficar repetindo as mesmas palavras, que havia “a doutrina dos Espíritos” (o ensino destes) a “doutrina espírita”, a doutrina moral, a filosófica, a científica etc. esse era um uso de época. Era um modo generalístico, genérico, de chamar quaisquer blocos de cogitação séria, de cunho douto, foi um modismo.

Não obstante, já naquele tempo ninguém chamava mais de doutrina a uma matéria científica, era sim de “lei”, “teoria”, “sistema”, até mesmo “hipótese”. A propriedade do uso das palavras, ficando no limite das conveniências de época quanto ao emprego delas, é uma necessidade crucial, que muito poucos observam. Maxwell chamou ao seu contributo científico de que? de doutrina do eletromagnetismo? Claro que não, foi de tratado, de “teoria” ou de “tratado”. A ciência era a física, o livro era um tratado e o assunto uma teoria.

Quanto Planck e Einstein tornaram públicos seus trabalhos, como os chamaram? de doutrinas? Nunquinha, foram as teorias planckiana e einsteniana, a primeira quântica e as duas outras relativísticas, tanto quanto hoje manejamos as teorias da informação, da comunicação, do “big bang”, do “Big Crunch”, dos “buracos negros” e “brancos”, não as doutrinas assim e assado.

Quando um contexto é menor, diz-se que é uma teoria, dentro de um contexto maior, que é uma ciência ou uma filosofia. A classificação desses produtos culturais, mudou muito deste Comte, hoje fala-se em ciência e tecnologia,

teorias e escolas, mas caiu em desuso o termo “doutrina”.

Só vejo ser chamado de doutrina, desde os fins do século passado a produtos culturais que ficaram com má memória, como o comunismo, o nazismo, o fascismo, o integralismo, o apartheid e por extensão o racismo, o arianismo nazista, o terrorismo, o machismo e o sexismo, como ideologias, produtos ideológicos, que se revelaram malsãos, caíram no descrédito.

Mesmo ciências falsas, equivocadas, descartadas como refugo histórico, como a frenologia de Gall, a fisiognomia de Lavater, o mesmerismo, o próprio magnetismo, o hipnotismo, não eram propriamente chamadas de doutrinas, mas tiveram o mesmo destino que estas, a vala comum da história.

Hoje o que se chama de doutrina, afinal? Que eu saiba só a confusa religião do Santo Daime, esta é que fala ora do “Daime”, ora da “Doutrina”. E, inexplicavelmente os espíritas, que não sei porque ainda insistem em chamar assim o que na verdade é uma ciência completa e uma filosofia completa também, não uma mera doutrina nem apenas uma teoria.

Se queremos resgatar o Espiritismo do opróbrio, do descrédito, do despreço gerais a que os próprios espíritas, por ignorância, o relegaram, temos de tomar algumas providências cirúrgicas: abster-nos de chamá-lo por essas expressões que ou foram descartadas pelo próprio Rivail, ou então, que no transcorrer dos anos, foram descartadas pela sociedade, que em última análise, é que fixa o alcance das palavras, cria novas e desativa as já existentes.

Uma coisa é uma ciência ou filosofia e bem outra é o impacto que elas causam na sociedade, formando dentro desta círculos de aderentes, grupos de sustentação delas, de sua defesa contra as pressões contrárias.

Darwin, que realmente não criou nenhuma ciência nova mas sim uma mera teoria dentro da que já era existente

(e não nenhuma doutrina) teve contra si as Igrejas coligadas num formidável arco de pressão, embora ele não fosse nem por sombra nenhum concorrente perigoso delas, pessoalmente até fosse um homem religioso (era um diácono, coisa assim) todavia, como autor de uma novidade cultural, não foi nenhum crasso fundador de religião, só de uma nova maneira de pensar e fazer ciência. Mesmo assim afetou a área religiosa (como autor de uma teoria científica, não de nenhuma doutrina pia).

Pasteur, idem, pegou uma fortíssima rejeição religiosa, bem como, de quebra, outra reação muito violenta corporativa, também, a dos médicos, por ele ser químico, enfim, essas coisas. Em torno dos dois grandes inovadores, congregou-se um número avultado de simpatizantes, adeptos, prosélitos, como uma guarda, uma tropa de choque, para sua defesa.

Darwin teve Huxley, que se denominava o “buldogue de Darwin”, tanto que rosnava, latia, mordida, atacava por ele. Já a religião envenenava que três “agás” pelejavam por Darwin, o “hell” (o inferno), o próprio Huxley e Haeckel, um cientista e filósofo alemão pró-Darwin.

Rivail enfrentou a alcatéia dos sábios materialistas e dos clérigos, bem como os vaidosos e querelantes instalados no próprio movimento. Quanto não se consegue deter o poderio dos argumentos e idéias, disse-lhe o Espírito Verdade, apela-se para os pretextos fúteis, as tricas miúdas, como o significado de palavras, aferrando-se a eles.

Por isso nos Prolegômenos do Livro dos Espíritos, estes colocaram uma formidável advertência, de que homens vaidosos que tudo querem referir a suas próprias teorias, entrariam com discórdias, desunião, por “miseráveis questões de palavras”, mas que todos os que tivessem bem em mira o ensino de Jesus (qual deles?) se reconheceriam sempre unidos por um “laço inquebrável que envolveria o mundo inteiro”.

Qual esse ensino de Jesus que seria o antídoto dessas discórdias, essas desuniões? O “amai-vos uns aos outros?” sim, esse princípio crístico é vital, é essencial, mas talvez não seja exatamente esse o específico antídoto das ferveências por opiniões em torno de palavras, já que se pode contrair, discordar, até dos entes mais queridos, quando não os compreendemos de pronto.

Quero supor que a recomendação enigmática dos Espíritos se reporta ao ensino evangélico de que “a letra mata, o espírito vivifica”, para que evitássemos o “fermento dos fariseus”, a contenciosidade, o espírito de contenda, pelo formalismo, o apego a futricas de interpretações ao pé da letra, do tipo “não se deve trabalhar no Sábado, curar é um trabalho, logo, no Sábado não se deve curar”.

A isso Jesus respondeu que o Sábado foi feito para o homem e não este para aquele. Se um animal estivesse doente em um Sábado (que era dia de descanso religioso judaico) qual o homem que não curaria, logo nesse mesmo dia, o seu precioso colaborador, sua fonte de sustento? Pois aquele homem ali, pivô da questão, estava doente e para o Senhor, esclarecia Jesus, qualquer homem era muito mais do que um simples animal. Se a solicitude divina para com os simples animais era imensa, a Providência da Natureza atestava-o, então por que não curar os homens, imagem e semelhança de Deus?

Esse parece-me que é o ensino crístico colocado como um paradigma para se manter na fonte as querelas e quizilas, sempre tão desagradáveis, por miseráveis questões de palavras. É abandonar estas e irmos ao âmago, ao cerne das questões, com abstração do que as meras palavras signifiquem, ainda mais considerando a mutabilidade delas, que hoje dizem uma coisa, já amanhã mais não, tendo variado de sentido através dos séculos. Assim como os romanos clamavam “res, non verba”, quer dizer fatos, coisas,

não papos, Jesus parecia dizer: as idéias, estas é que importam, não o modo precário com que as externamos. A essência, o espírito, não o “ao pé da letra”, o literal, é que tem importância.

E o importante é que o Espiritismo é uma ciência realmente, um conjunto de conhecimentos, noções, descobertas, fatos apurados por meios e modos típicos de ciência e passados pelo crivo de suas metodologias. Ele é a ciência e filosofia do espírito, esse objeto tão fluído, tão sutil que confunde as mentes que o querem contemplar, tal como não se consegue encarar utilmente o sol.

O conceito de espírito não pertence propriamente ao nível de ciência, mas ao de filosofia. A ciência hoje concorda em que o cosmo, o universo é formado pela dupla espaço tempo e massaenergia. Há quem (Norberto Wiener, o pai da cibernética) pretenda terceirizar, acrescentando mais um elemento geral, a informação, mas isso ainda pende de aceitação.

Em filosofia porém, tem-se de admitir outro tertius, esse terceiro elemento universal, o espírito, uma categoria que se distingue pela posse de inteligência, vontade, consciência e capacidade de individuação, bem como de não sofrer (pelo menos não no mesmo sentido) a onda de transformismo, de mutação constante que assola os seus dois colegas, que é a entropia.

O espaço-tempo e a massaenergia não podem ser individualizados, não se pode pegar de uma porção distinta de um deles e dizer que ela é inconfundível, separada do resto, isso é o não se poder individuar, mas já o espírito pode-se, ele é essencialmente uma categoria individuável, pois a cada uma porção isolada dele dá-se o nome de “espíritos”, como “mônadas”, individuações da categoria geral que leva o mesmo nome.

Aí está uma pequena dificuldade mas só semântica,

pois a nível de idéia, nenhuma possibilidade há de se confundirem as duas noções, a do que é a categoria universal, o elemento cósmico, “o Espírito” como um todo; com o que são as suas individuações, pois naturalmente as distinguimos, que são os espíritos.

Quanto à entropia, típica da massaenergia e do espaço-tempo também (posto que neste segundo não seja assim tão visível) ela não se manifesta no espírito tal como nestes, os espíritos sofrem, sim, mudanças mas não a nível de entropia e sim de outro tipo bem diferente, o de aperfeiçoamento, progressão, contido no par conceitual da evolução/reencarnação, como um paralelogramo de forças aplicadas a cada espírito e ao conjunto deles.

Esse princípio é filosófico, a razão filosofante é que o detecta e descobre, não é exatamente a ciência que o faz, do mesmo modo que o movimento da Terra foi primeiro só pensado e depois cientificamente provado.

## **A teoria atômica também**

Já a existência do espírito passou por uma peculiaridade: é um conceito que se formou longe de qualquer especulação muito nobre e alta, só pela simples observação das coisas da natureza.

Os gregos chamavam de psiquê às borboletas, que pareciam renascer da lagarta e os romanos puseram o nome de spiritu ao vento, que movia as coisas visíveis, pesadas, mas era invisível e impalpável, não tinha corporalidade alguma.

De simples principio filosófico (spiritu) deduzido só pelo próprio espírito, o que os romanos chamavam assim acabou, no século dezoito, sendo definido como um corpo mineral, era o próprio ar em movimento, tinha peso, massa, sofria atrito, enfim era matéria, nada tinha de abstração.

Por comparação, quando os objetos habitualmente inertes começavam a mover-se nos salões e os sons e ruídos a produzirem-se em condições anômalas, sem fonte identificável, aplicou-se o raciocínio romano a esses fenômenos: era o spiritu, o agente invisível, incorpóreo que movia, que soava, foi uma identificação.

Mas a ciência espírita, em seguida, apurou que os agentes **chamados de espíritos eram individualidades definidas, circunscritas, podia-se dizer que também concretas, não**

eram abstrações mas sim gozavam de propriedades que, em certas circunstâncias, permitiam-lhes atuar sobre a matéria bruta como se tivessem massa, o que causou uma crise filosófica nos espiritualistas exigentes.

Para estes, parecia que isso era a tentativa de materializar o espírito, de desespiritualizar a alma, era sair do âmbito espiritualista para projetar-se no materialismo. Daí porque Rivail foi apodado de materialista por alguns.

Defendendo-se explicou que as chamadas “materializações” de espíritos (que honra seja feita, era um termo que ele até nem manejava) eram só uma questão lingüística, não factual, já que as aparições visíveis, tangíveis eram a modificação de um mero acessório dos espíritos, o perispirito, não do próprio espírito em si. Era mera questão de linguagem.

No território de ciência, não havia dúvida de que produziavam-se aquelas aparições tangíveis, chamadas pelo vulgo de materializações, sem ligar para o problema filosófico que essa simples denominação implicava. A solução da pendência, porém, refluía, voltava para o território da filosofia.

Rivail projeta, destaca, então, o conceito de perispirito, como um elemento periférico, acessório, não o próprio espírito em si mas um como que invólucro deste, tão sutil que habitualmente era invisível e impalpável mas que em determinadas circunstâncias esse elemento acessório podia revestir as propriedades da matéria crassa, a isso se referia o termo impróprio mas tornado depois insubstituível, de “materialização”.

Já a etimologia dessa palavra, de peri (“em torno de”), tomado de empréstimo à botânica ( de perisperma, a carne dos frutos, a polpa) preparava uma ponte, uma ligação com um conceito, então ainda futuro, da física, o de campo, que só viria a ser manejado corretamente bem mais tarde,

formalmente com Maxwell (1869) mas amavelmente já circulava desde algum tempo. O perispírito é bem um campo, uma extensão de espaço (ou espaçotempo) em redor da mente desencarnada, do espírito, assinalado pela presença de um padrão, uma estrutura virtual, com propriedades tais e tais, eis o conceito rivailiano trocado em miúdos.

O perispírito como um campo é uma coisa, mas durante muito tempo (e ainda agora) crassamente chegou-se a pensar e referir que ele seria um “corpo”, por influência de Paulo de Tarso, quando falava de “corpo espiritual”.

Só filosoficamente nos libertamos desse engano, pois corpo é a antítese de espírito, diz-se mesmo esse par de contra-conceitos: corpo e espírito, juntá-los numa mesma expressão é um risco, é um paradoxo.

O espírito é algo indefinível realmente, é um quê não análogo a nada, mas só didaticamente o referimos como um agregado de conceitos, que são as propriedades, os atributos dele, a saber: a vontade, a inteligência, a consciência, a razão, a emoção, a memória, o juízo etc... Esse é o limite da comunicação e expressão, mas não é o da ideação.

O espírito é alguma coisa, o nada é que ele não é, esse quid. O que ele possui é a propriedade geral de capturar e manter junto a si, permanente, uma porção de massaenergia e estruturá-la, organizá-la segundo os padrões virtuais de si, suas capacidades como indivíduo, ser, que ficam assim objetivadas.

Só como uma figura de linguagem, pode-se chamar a esse campo adjacente, contíguo à mente, ao espírito, de “um corpo”, pois isso equivaleria a conferir-lhe o mesmo carácter de “matéria” que os corpos detém. A palavra “campo” cai melhor, é mais apropriada pois é uma mera extensão do espaçotempo que fica diversificada do resto do espaçotempo geral, por aquele padrão puramente pessoal, individual da-

quele espírito, presente nela, nessa extensão.

Quando o espírito quer, numa volição, mover um objeto ou simplesmente, revestir momentaneamente as propriedades de encarnado, então a massaenergia capturada nesse campo é compelida por esse padrão a transitar daquele estado de invisibilidade e intangibilidade, para níveis mais densos, mais grosseiros, bem materiais, descendo ao nível da matéria fisiológica, readquirindo muitas, não diria que todas, das funções puramente deste nível, as suas antigas funções corporais.

Estou-me detendo nessas miudezas para mostrar o quanto o pensamento está obrigado a transitar, circularmente, de um aspecto para o outro desse continuum que é o Espiritismo, de ciência para filosofia e vice-versa, pois foi isso exatamente o que aconteceu.

Os sábios materialistas, titulares de uma ciência que repousa exclusivamente nas propriedades da matéria que então eram conhecidas (e como, e quanto, depois disso, a ciência se alargou!) não eram capazes de compreender bem uma nova ciência que repousava nas propriedades de uma nova concepção de tudo, do cosmos, da vida, a começar pela fusão de massa, forças, energia, matéria, fluídos no sintético continuum de massaenergia, só mais tarde admitida, isso era uma revolução científica então insuportável para eles.

O Espiritismo como ciência manejava por antecipação essa concepção, na época incrivelmente arrojada, do espírito existir como um colega da massaenergia e do espaçotempo, de cada um indivíduo possuir um espaçotempo próprio exclusivo seu, onde uma porção de massaenergia apropriada por ele também sofria essa entropia igualmente particularizada, transitava de um extremo ao outro do arco desse continuum material.

Isso é filosofia de ciência, realmente, a sutil, delicada integração entre as áreas que pareciam imiscíveis, do

espírito e do universo material.

Outro ângulo bem ilustrativo dessa dualidade “ciência e filosofia” do Espiritismo era que suas afirmações pareciam estar em contradição com as das ciências comuns como quando se tinha em conta a questão do lugar onde, do em que ponto do espaço, se situavam os espíritos ao estarem entre nós.

Parecia não ser apenas um caso de mera invisibilidade ou intangibilidade deles, não podia ser tão simples quanto se imaginava. Tinha o espaço de ser estruturado, tinha de conter mais compartimentações de si mesmo, em locais assim diferentes umas das outras é que encarnados e desencarnados se alojavam.

Salões eram como caixas, um box formado por quatro paredes mais um piso e um teto, com aberturas como janelas e portas, que uma vez fiscalizadas, vigiadas, tornavam o ambiente fechado, impenetrável, a quem quer que fosse, certo? não errado, pois que com toda essa vigilância, os espíritos apareciam lá dentro, não só um ou dois, o que já seria incrível, mas por vezes muitos, um número avultado deles, o que tornava tudo espantoso.

Impôs-se a idéia de que o espaço (então só se dizia assim hoje obriga-se dizer: o espaço-tempo) era simples, plano, uno, igual em toda parte (isotropia), não havia nenhuma estruturação nele, mas os fatos contrariavam isso e a contra-ideia, descolada dos episódios de materialização contra-impôs-se como havendo uma estruturação espaço-temporal qualquer, que alojava no seu bojo tanto os encarnados como os desencarnados, mantendo-os porém em compartimentos separados, de tal modo que viver era só uma questão tópica, de se estar por certo tempo em um nível ou plano, dimensão ou lá o que fosse, dessa estrutura, mas quando se esgotava o prazo de permanência ali, então movia-se o indivíduo desse ponto original para outro,

transpondo barreiras dimensionais, desencarnando, migrando no espaçotempo mas intradimensionalmente, passando de uma dimensão para outra.

A generalização dessa idéia, permitiu a teoria da reencarnação, de que a biodiversidade como um todo, e nela a humanidade em particular, migra, move-se de um para outro desses níveis ou mundos, estou falando aqui não é de planetas, mas dessas compartimentações do espaçotempo. Esse movimento migratório é cíclico, é circular, estar em vida e estar no seu contraditório, a contravida, é o equivalente ao antigo par de vida e morte, viver e morrer, só que na nova concepção, não se morre, migra-se.

A humanidade é apenas um detalhe da biodiversidade, mas possui uma sociodiversidade em si, todas as variedades e diferenças que uma sociedade humana pode conter. Isso começava a aparecer agora que se entendia que a humanidade era biestável, biapresentava-se ora como encarnada, ora como desencarnada, então formava-se a noção de que a sociedade ora era ou estava corpórea, ora era ou estava incorpórea, segundo o nível ou mundo (i.é o plano), em que se situasse.

Rivail chamou de "erraticidade" o nível espírita, a parte da existência do espírito que se passa no estado incorpóreo, da contravida. estar desencarnado é estar na erraticidade, na contravida, os três conceitos se eqüivalem, se acumulam. Já o contra conceito é estar encarnado, em vida (o percurso da concepção até o óbito) e como membro da biodiversidade. O conceito de socio-diversidade, porém é permanente, tanto na humanidade encarnada quanto na desencarnada.

Ora, o regime ou processo de evolução-reencarnação é aquele paralelogramo de forças naturais, aquela tração ou arrasto conjunto que obriga as almas a progredirem, evolverem, primeiro pelo puro movimento físico dentro do

espaçotempo, migrando de um nível dele para outro, da vida para a contravida, e vice-versa. Segundo por que, de uma encarnação para a outra, a posição deles, muda, dentro da socio-diversidade, é impossível reaparecerem absolutamente do mesmo modo dentro desse tecido social, que antes: há *variabilidade sempre*.

Então vê-se como a teoria da reencarnação, que é uma das partes da ciência espírita, esta por sua vez um aspecto do Espiritismo, vê-se como a teoria da reencarnação recepciona em si os conceitos de biodiversidade, sociodiversidade, como ela incorpora o de estruturação do espaçotempo aduzido por Zöllner, enfim, como a cultura espírita é dinâmica e aberta, evolutiva.

A sua idealidade, por ser apenas uma forma de erudição, é manifesta, logo, pode-se chamá-la de moral aí, naquele sentido que esta palavra tem.

Porque nos habituamos com ela, a cultura espírita, a fixamos em nós mesmos, cultivando-a, cultura que é, importa em hábitos, permanências, constâncias de comportamento, donde novamente ser-lhe aplicável o epíteto de moral, porque esse é um sinônimo perfeito de habitual, cultural.

Quando coloca a fatalidade das circulações e rodízios, tanto dentro do espaçotempo, passando de um nível deste para outro, nos envolvimento cíclicos com a massaenergia a nível corporal, nas encarnações; quanto também pela socio-diversidade, as numerosas possibilidades de como encarnado se estar isto ou aquilo, de cada vez que se reencarna; então a cultura espírita pisa em território novo, o da infinidade de oportunidades que os indivíduos têm de estarem isto ou aquilo, ao longo de sua existência de espírito, o que lhes abre imensos, incomensuráveis horizontes de considerações morais.

Essas são as conseqüências morais da filosofia espírita,

quando ela em consequência do que coloca, muda as visões das pessoas quanto a concepções morais.

No tempo de Rivail declinava já mas ainda detinha força imensa, uma certa concepção moral quanto a honra, dever, virtude, que impelia as pessoas a enfrentamentos bárbaros, nos duelos. Só um imoral ou amoral se colocaria fora do círculo de ferro que essa obrigação moral representava, de revidar a um desafio, ir a campo de honra, acompanhado de padrinhos para a chamada satisfação, mas de que? Dizia-se que era de sua honra, do resgate de seu nome. Os espíritos redondamente disseram que isso era ao mesmo tempo um assassinio e um suicídio, em ambos os casos era uma loucura, pondo-se assim na contramão desse costume moral tão valorizado, tão difundido, posto que já muito proibido.

A justiça civil já reprimia esse absurdo, os duelos não eram mais lisamente admitidos, legalmente, não, havia a proscricção deles mas, nos costumes, nos hábitos, portanto na cultura ou moral das pessoas, ainda sobreviviam e ai de quem fugisse deles, era réu de covardia, de pusilanimidade, era um imoral ou amoral, sem honorabilidade nenhuma.

Há exemplos de grande magnitude da iniquidade dos costumes humanos, portanto da moral ou cultura humana: Arquimedes, foi morto por um legionário romano porque se demorou a cumprir uma ordem sua; Jesus morto por que ensinava a filosofia do espírito; Lavoisier, morto porque “a República Francesa não precisava de sábios”; finalmente Evariste Gaulois, o matemático, gênio da topologia, morto em duelo por questão de preconceito.

A grande moralidade que está presente no Espiritismo é de uma extensão que confunde às vezes: o espírito encarna para viver durante certo prazo em um determinado ponto da socio-diversidade, na biodiversidade, no planeta, vale dizer, do nível assim chamado, de “planeta”, dentro

dos tantos níveis múltiplos que tem o espaçotempo.

Quando se esgota esse prazo, então ele migra, compulsoriamente, para fora disso tudo, de todas essas internalizações, da vida para a contravida, do seu corpo para fora deste, da sociedade corpórea para incorpórea, da personalidade que esse corpo representava, para fora dela. Se fizer isso de modo perfeitamente normal, sem antecipações nem complicações, sem aparecer crassamente como infrator ou transgressor de nada, então terá sido uma encarnação, uma estada na vida, de boa qualidade, mas em sendo o contrário, isso implicará numa autocrítica, uma revisão ou apuração na fase de contravida, para identificar as falhas, os deslizos, as inconveniências.

Matar alguém não é mais exterminar ninguém, como antigamente se pensava, é só acarretar a saída dele, prematuramente, de um nível para o outro, causando-lhe um sofrimento físico e moral, pois inexiste, a rigor, a figura do homicídio. Por isso mesmo, fica agendado, inelutavelmente, *um reencontro crítico, um novo avistamento muito tenso* entre os dois, com todo o cortejo de embaraços, constrangimentos, que isso implica, até que se reconciliem, mutuamente se compensem, renascendo, que, se pacifiquem.

Isso dito assim é simples mas a realidade é terrível, é muito dura, só que filosoficamente não passa disso aí. Quando se generalizar a noção de que ninguém morre, apenas migra, passa de uma situação tópica para outra, a moralidade humana mudará. Deixará de existir a morte do "outro" como uma solução, tal como a morte do si próprio, o suicídio, também, já que matar é apenas antecipar mudanças tópicas e todos sabem que apenas mudar de lugar não resolve definitivamente nada, nunca resolveu.

Há um impulso de se chamar a esse conjunto de novas **considerações morais via Espiritismo, de "uma Moral Espírita", como se essa ética fosse privativa da ótica espírita, mas**

Rivail avisadamente cortou isso, lembrando que a chamada moralidade filosófica espírita não passa de uma reproposição de todas axiologias já bem conhecidas da humanidade, especialmente da Moral do Cristo, tal como o evangelho deste é, na expressão de Emmanuel, “o transunto” (lê-se: “transsunto” com “esse” sibilante), ou seja, o retrato, o símile, de todas as grandes ordenações morais do passado. É uma questão de visão genérica, a-temporal, saltando por cima das barreiras históricas.

Por isso é que Rivail, como um grande educador, repeliu aquelas duas expressões.

Não é impunemente, inconseqüentemente, que se maneja esta ou aquela nomenclatura, qualquer expressão, elas são criadas para atender a uma necessidade específica em uma época e depois que esta passa, continuam existindo, funcionando, muitas vezes (quase sempre) inteiramente fora, já, daquilo que ditou seu aparecimento, significando coisa muito contrária e quando aparece alguém denunciando isso, então todos se admiram muito, nem acreditam que aquela palavra tão conhecida, aquela expressão tão corrente, na sua origem queria dizer uma outra coisa tão diferente, tão em desacordo com o seu sentido atual.

Quando crianças, quem não ouviu, geralmente de suas mães, estas duas expressões que parecem chulas, impronunciáveis em público, sempre proferidas com acrimônia, agressividade, como um ralho ou carão: “fogo no rabo” ou então “dar com o rabo na cerca”? ninguém se animaria a repeti-las em certos círculos, pois parecem chulas, até obscenas, impúblicas, todavia não são.

“Fogo no rabo” é o que Sansão fez com uma porção de raposas, untando a cauda delas com inflamável e ateando fogo, para soltá-las, num ato de terrorismo, no campo dos filisteus, incendiando-os, Hoje ele seria preso e processado por crime ecológico, mas a expressão ficou conotando

coisas que não estiveram presentes na sua origem.

“Dar como o rabo na cerca”, é o que se diz, com ironia, do mau cavaleiro que por imperícia, inabilidade, acaba machucando a alimária, prendendo o rabo da montaria no arame farpado das cercas.

Já o verbo “conhecer”, (do latim “conoscere”) donde deriva o conhecimento, que é uma função nobre, cognitiva, ato de cognição, na Bíblia significava o ato sexual, o coito, a experiência crassa do sexo com alguém, isso se vê nas genealogias em que fulano “conheceu” fulana, i. é copularam; onde Maria espantada argumenta com o emissário celeste que lhe revelou que seria mãe, que “não podia ser, pois não conhecia varão”.

Um amigo meu, indo à Bahia, caiu na asneira de dizer que tinha irmãs solteiras, ou seja, não casadas ainda. Para que: sofreu forte rejeição na hora, pois naquela região a solteira é a mulher da vida, solta, largada, despejada é a frega, pensaram que suas irmãs eram rameiras.

Um notável confrade, homem de imensa boa fé espírita, indo a Porto Alegre, descuidou-se e chamou a um provecto líder local, de “velhote assanhado”, com isso querendo agradá-lo, mostrando-o como alguém encanecido mas jovial de ânimo, juvenil de maneiras. Foi um apuro: teve de explicar-se, pois “assanhado” lá era, não sei se ainda é, o femeeiro, o mulherengo, quem vive só atrás de saias, metido a conquistador, que pensa só em sexo. Aliás, xará em Minas é o homônimo que se tem, no sul já é cavalo de certa pelagem.

São esses episódios miúdos assim que revelavam a instabilidade da significação de certas palavras e expressões, no tempo e no espaço, por isso são “miseráveis”, disseram os Espíritos, as questiúnculas armadas em cima delas, só delas. Devemos reagir, rebater, esclarecer, do modo mais ameno e cordial possível, quando palavras são

usadas como um meio de agressão, de confusão, de causar prejuízo ao Espiritismo, mas não devemos nos aferrar a elas pois isso é que seria a conduta profligada naquele texto: “pessoas vaidosas, que tudo querem referir aos seus próprios pontos de vista, suscitariam miseráveis questões de palavras”, esquecidos de que a letra mata, separa, inimiza, mas o espírito vivifica.

O sistema federativo aferrou-se a duas palavras (religião e moral) por sinal as que foram introduzidas por inimigos do Espiritismo, para montar o seu dogma particular, o seu trimurti doutrinário, do “tríplice aspecto”, como quem diz “as três aparências consagradas “que aquele torna, as três formas aparentes com que a essência espírita se manifestaria.

Depois veio alguém e aproveitou essa mesma trinaridade ou trinitude para entrar com a figura manjadíssima do triângulo, fabricando um modelito em que o triângulo místico teria seus três ângulos voltados, respectivamente um para o céu, era o ângulo da religião, os outros dois para a terra, que eram os de ciência e filosofia. Assim ficava fatalizado que houvesse mesmo os três aspectos consagrados e que o maior deles seria aquele terceiro termo inicialmente tomado, o chesneliano de religião. Caso houvesse resistência a isso, (como houve), então entraria o estepe da Moral no lugar dele, substituindo-o, pois o sistema garantiu-se por aí de que “moral e religião são termos equivalentes”, salvando assim intato o trimurti que fabricou.

Aí estavam lado a lado os elementos de que os Espíritos nos advertiram contra eles, nos Prolegômenos do seu Livro: o ponto de vista ideológico (a supremacia da religião, a necessidade dela, seu sublimidade, sua hegemonia, seu primado sobre ciência e filosofia) bem como o aferramento a palavras, manejando a duplicidade, a ambigüidade das duas palavras-chave selecionadas, que tanto podiam soar

em um sentido como noutra, permitindo argumentos históricos e pretextos evasivos para manejá-las, tal como leguleios, advogados e rábulas chicaneiros garimpam nas leis brechas, furos, ensanchas para poderem justificar alguma ilegalidade, alguma imoralidade, levar vantagem, catimbar, chicanar.

Porque Rivail tivesse admitido, apenas academicamente, que a palavra religião, estritamente só a palavra, não o conceito que ela representa hoje, mas o que tinha no seu aparecimento, pudesse relacionar-se simbolicamente com o Espiritismo, então o sistema federativo fomentou o uso contínuo, ostensivo dela jogando com as duas possibilidades: se reclamassem, diriam que era por causa do sentido filosófico romano antigo de “laço moral” que tinha, o tal admitido por Rivail; enquanto ninguém dissesse nada, iam deixando que o natural pendor das pessoas, egressas das religiões, entendesse o que fatalmente entenderiam (e entenderam de fato), que se tratava de uma religião no sentido religioso mesmo, mas uma religião impossível, sem ritos, sem imagens, sem isto nem mais aquilo, como são os bifos de soja, bifos vegetais, que são “bifos” mas não são animais, pois não são de carne, é como uma religião “ersatz”. Todavia, sempre uma religião, com o que o dogma do tríplice aspecto permaneceria mantido.

Era a vitória de Chesnel sobre Rivail, que o sistema federativo de uma importante comunidade nacional, como a brasileira, tivesse adotado como um caro dogma organizativo seu, o próprio conceito aventado pelo Abade, o qual, tendo sido rejeitado por Rivail, agora praticamente depunha este, demitia-o, representava o seu impeachment moral, como autoridade válida para o sistema. Depois disso, suplantando, passado para trás pelo Chesnel cheireta, o que restaria da autoridade kardequiana? Nada.

Se observarmos o paralelismo e congruência que o

dogma do tríplice aspecto tem com o outro caro dogma federativo, do “corpo fluídico “ de Roustaing, percebemos o elo que liga os dois e como mutuamente se apoiam e se refletem, como dois espelhos vis-a-vis.

O famoso corpo fluídico roustainguista é só uma “aparência”, um “aspecto” que o perispírito de Jesus teria tomado, visibilizando-se e mesmo tangibilizando-se, ocasionalmente, não teria sido uma encarnação real, material, proclamava Roustaing. Esse mero aspecto ou aparência, é isso o que teria tomado para a humanidade, a essência, que era o próprio Cristo. Essência e aparência, imagem e objeto, persona e hipócrita, eis o jogo de contraditórios que está sendo manejado aí.

Também no dogma da transubstanciação ou eucaristia, quando o corpus-christi se apresenta na hóstia (a essência na aparência) esse é o truque utilizado, presente ainda no negócio das três pessoas numa só quando aspectos (já em outro sentido da mesma palavra) do poder cósmico são tomados como três pessoas realmente, não como aquilo que simbolicamente Jesus teria querido dizer (enumeração de meros elementos de um modelo apenas didático).

Aparências, é o termo que o sistema federativo mais gosta de usar, talvez para fixar pedagogicamente, pela repetição, essa noção dogmática teológica sua, elas aparecem tanto na idéia de o Cristo não ter-se encarnado, apenas aparentando fazê-lo, como na sua presença na hóstia, mas esta na teologia romana, até que não é apenas simbólica, ideal, não, é prá valer, é no duro, tanto que às crianças se dizia para não morderem a delicada “flor de farinha”, pois senão esguichava sangue, o que era o horror dos catecúmenos.

É preciso ler o livro de Reneé Fullop - Muller (“Os Santos que abalaram o Mundo”) para entender o que foi essa audácia, esse descaro, essa arrogância, de mudar os

ensinos claros, simples, de Jesus para a dogmática dos concílios, a começar por aquele que o livro descreve, onde o Cristo foi crucificado outra vez, o de Nicéia, em 325 AD.

A heresia do bispo Àrio consistia em afirmar que Jesus fora apenas um homem comum, de carne e osso, com uma missão divina, isso era o arianismo, que Ele nunca arrogara ser igual ao Pai mas só semelhante, similar a Ele, essa sutileza de expressão era materializada por um minúsculo, quase imperceptível diferencial, uma letrinha no fim de certa palavra, quase um parônimo de outra, perfeitamente igual, exceto por aquela letrinha no finzinho: “homoi” e “homo”. As duas expressões em jogo eram: “homoi ousion” e “homo ousioun”, significam uma “igual em tudo” “o mesmo que”, “consustancial”, participante ou então apenas “semelhante”, “similar”, mas não o mesmo que. Isso aí é grego, não é latim, no latim há também a palavra “homo”, que significa “homem”, mas ela ali não tem nada a ver, era sim a palavrinha grega que aparece hoje em homossexual, homólogo, homologar, homófono. Era uma pequeníssima letrinha, um nada, o “iota”, grego, decidindo tudo, o destino da cristandade: se tomassem uma opção, essa por Ario, seria a permanência dentro do espírito crístico, que rejeitava a confusão entre Jesus e o Pai, distinguindo-os; ou então, caso contrario, era a saída para o âmbito dos concílios, da divinização de Jesus e de Maria, da introdução das “três pessoas numa só”, enfim, o chorrilho de adaptações que assassinaram o evangelho no cristianismo.

Bem que Jesus havia predito que as coisas mínimas tinham imensa importância, tais como a semente da mostarda, um grão de fé e o iota, a menor das letras, a mais despreciada e desimportante delas, mas que mudaria o mundo.

Por isso a recomendação tão forte dos Espíritos da codificação, os representantes da sabedoria e da virtude,

da sophós, que sendo testemunhas oculares dos milênios, vinham advertir solenemente para não reincidirmos nas mesmas bobagens do passado, tomando ao pé da letra o que devia ser alvo de amplas generalizações.

Fullop Muller descreve a reação de Constantino, que tinha convocado aquele concílio para elevar o cristianismo (a religio christiana, a fides christiana) a culto do estado, em lugar do aulicismo e augustalismo, da fé nos deuses, mitologias, o paganismo, mas que via, espantado, por dias e dias os padres da Igreja altercarem, contenderem, sobre algo que ele não entendia, aquela futrica estranhíssima, só para teólogos mesmo, tudo isso palrado em uma língua que ele desconhecia, o grego, enquanto lá fora o mundo sangrava, o império recém conquistado esperava pelo Imperador, que tinha mais o que fazer do que presidir aquela pantomima infundável de cristãos.

Foi quando o imperador deu o soco na mesa e cobrou uma decisão imediata: já! A decisão foi política, prevaleceu o lado errado e Jesus, que predissera com alguma precisão esse fato, teve confirmado que Ele era daí por diante parte de Deus, como um aspecto (no sentido partitivo) deste, tal como o Espírito Santo também, ambos divinizados. E com Maria sobreposta, como “ mãe de deus”, a criatura parindo o Criador..

Tudo isso está embutido no dogma da transubstanciação, como este está contido no outro dogma, o federativo, do corpo fluídico, da aparência, o aparentar constante que teria sido a vida de um Jesus-hipócrito (naquele bom sentido antigo) sob a persona daquela aparência puramente de agênere fluídico, rustenista, há uma identidade muito grande entre todos esses produtos ideológicos, esses pontos de vista opiniáticos de partido, de grupos nivelados por suas paixões.

Rivail, no século dezenove, resgatou tudo isso, esclare-

cendo a posição do seu produto e dos Espíritos: que era apenas uma ciência e uma filosofia, a versão moderna da antiga sophia, do filo das sofias, o filo sófico, operando com a razão e não manipulando a emoção, a ignorância, para dominação das consciências, como invariavelmente fazia o filo látrico, o filo das latrias, o ramo cultural e mistérico, foi por isso que rejeitou, de bate-pronto, a intromissão de Chesnel, uma sombra do passado, porta-voz do filo látrico, sempre disposto a complicar as coisas.

Erasto, na sua documental epístola “ aos bordelenses, “na Revista Espírita de 1861, fala dos “inimigos da codificação”, os quais “sob a máscara da religião (a persona)” intentaríamos agir contra o Espiritismo, atentariam contra este, então que todos tivessem tenência, juízo, não consentissem uma mentira só, como verdade, ainda que tivessem de rejeitar uma verdade dez vezes.

É no vocabulário, na terminologia, na fraseologia até, nos papos e falares , no discursivo de uma idéia, que ela às vezes fracassa ou prospera, pelo cuidado ou desmazelo com que sua comunicação e expressão é usada. Nosso ideal não foge à regra: cautela, pois!

Há todo um cortejo de adágios, provérbios, ditados e frases feitas, pixando o discurso, a comunicação: “quem fala muito, dá bom dia a cavalo”; “peixe morre pela boca”; “a palavra é de prata e o silêncio é de ouro”; “falador passa mal”; “quem fala muito erra demais”; e outras mil bobagens como essas, sempre induzindo a calar, não dizer, silenciar, omitir-se, preferir a boca fechada, onde não entram moscas, a externar, dizer, expor seus pensamentos e sentimentos, relacionar-se.

Por isso há uma certa má vontade com a comunicação, a expressão, quando em verdade comunicar é só tornar algo comum de dois, o que antes era próprio só de um, privativo dele, então este vai e divide com o outro, o que

detinha para si, torna-o comum aos dois. Há um certo nível em que o silêncio é egoísmo, é sonegação, pode até ser a própria encarnação da mentira, quando se cala a verdade necessária de dizer.

A comunicação oral e a verbal são mais recentes que a gestual, da mímica, o homem aprendeu esta segunda bem antes daquela, daí talvez ser lhe mais familiar a mais antiga, por mais confiável, e a outra recente ainda meio duvidosa, daí mostrar resistência à mais nova. Mas a monoideação, o mutismo, só em ruminções silentes, incuções em circuito fechado, sem abrir-se, é sem dúvida um estágio ainda mais anterior e nessa posição é que se fecham, se trancam, se refugiam até, a maioria esmagadora das pessoas.

Mas é falando, escrevendo, abrindo-se, pondo as idéias a circular, apenas com os resguardos, as cautelas que todos bem sabemos que se deve ter, que a inteligência se expande, o espírito se apura e refina, o homem se espiritualiza. Espiritualizar-se é isso, é transitar daquele egocentrismo, aquela autismo do piteco, sempre fechado em si, para a integração do eu no social, no “nós”, substituindo o gesto rude pela palavra e finalmente selecionando estas, depurando a linguagem de qualquer acrimônia, ofensa, agressividade, hostilidade ou nocividade a ninguém.

Uma onda de fechamento moralista, redutor da comunicação, desprezador da palavra, superestimador do silêncio, abateu-se a certa época sobre os centros espíritas. Foi a frase da “reforma íntima”, do moralismo de superfície, da incitação ao mutismo e à passividade, enquanto que só os oradores, os vogais do religiosismo, pregadores do moralismo místico e pio palravam, itinerantes, falando pelos cotovelos, para platéias mudas, fascinadas, jamais críticas, pensantes, analíticas, só ouvintes passivos.

Nem mesmo aplaudir sonoramente, era permitido. As

platéias eram convidadas apenas a erguer as mãos e agitá-las de um certo modo, sem som, como quando antigamente se dançava o “charleston”, não duraria muito e já se chegaria a ouvir um coro de “o yeah!” típico de cultos protestantes, de “aleluias” entusiasmados.

Quando alguém saiu a campo com um método novo, de perguntar às platéias, dialogar com elas, não ao modo dos animadores de auditórios, mas como professores em sala de aula (é aquela questão de modelo, ou o religioso ou o letivo) para saber se elas estavam entendendo, se tinham perguntas a fazer, opiniões a externar, dúvidas para desfazer; quando isso aconteceu, foi um problema.

De tão silentes, amordaçadas que tinham ficado, décadas a fio, as pessoas diziam agora coisas terríveis, atroztes, mas revelavam nitidamente a ineficácia, a inutilidade até, daquelas décadas de palração contínua e unilateral dos pregadores (sim, porque professores é que não eram), que despejavam sobre platéias cativas e silenciosas, os seus pontos de vista, mas não tinham de fato a menor comunicação com elas.

Notou-se a idéia falsíssima de que haveria uma necessidade de salvação, era incrivelmente difundida entre os adeptos, por causa daquela frase menos feliz de Rivail, quando, para aproveitar um slogan da própria Igreja, manteve a sua estrutura fraseologica, mudando nela só uma palavra, de “Fora da Igreja não há salvação” para “Fora da caridade não há salvação”, mas com isso mantendo, infelizmente, intata, a parte mais nociva daquela frase, a idéia falsíssima de algo inexistente, da necessidade de uma suposta salvação. O apotegma kardequiano em português embute, assim, o que é peninha! a afirmação do mais caro dogma religioso, embora Rivail tenha sido um incansável adversário da igrejificação.

Salvo seja, porém, que Rivail disse isso em francês, onde a frase original modificada (“hors charité point de salut”)

tem outra cara, outra função, “salut” tanto pode ser salvação (que é a sua tradução mais grosseira) quando “saúde”, isto é, a solução, a solvência, de um problema, uma dívida, não é só, como aqui se pensa, o se escapar do inferno.

A salvação nacional, a salvação pública, formam expressões do vocabulário político, notadamente na Revolução Francesa, que instituiu o “Comité de Salut Publique”, o qual não tinha nada a ver com saúde pública, no sentido de higiene e medicina, nem com salvação do inferno, mas com a salvação da pátria, nos termos da inflamada retórica de Rouget de Lisle, na letra incendiária da Marsellaise, o hino nacional francês: “Allons enfants de la Patrie...”, era o exacerbado brado de convocação para ir salvar a Pátria em perigo.

Hoje, porém, a medicina socializada francesa, sua Assistência Médica, é a “salut publique”, que não visa a salvar a Pátria, mas sim, a vida, a saúde, dos contribuintes, tudo isso teria de ser repensado, discutido, esclarecido, para deixar bem visível que o Espiritismo não é salvacionista exatamente por não ser religião.

Outra frase de Rivail um tanto dúbia também, mas que salvo seja, não é propriamente dele, é de um ilustre predecessor seu o Conde Wilhelm Gottfried Von Leibnitz, que Rivail reproduziu, referiu, sem, contudo, praticar com isso nenhum furto autoral, imagina! trata-se da “fé raciocinada” ou “fé racional”, que na frase de Rivail era só “la foi inquebrantable”. Capaz de ser acareada, com a razão, em quaisquer circunstâncias, sem desmerecer. Não se trata, é claro, de uma fé religiosa, mas de outra, a XXXXXX, laica mesmo. Mas isso produz certo frisson, nas pessoas religiosas, parece-lhes que, no fim das contas, a religiosidade tresanda do Espiritismo, mas é só questão de linguagem, não tanto de Rivail mas de seus tradutores para o português, que alguns foram religiosíssimos e traduziam seus textos com

mão pesada, clerical.

Essas coisas apareceram quando se abriu nos centros a fase das preleções seguidas de debates com as pessoas, convidando-as a deixarem a posição de ouvintes passivos, calados, para participativos, falantes, onde viu-se que o nível de aproveitamento de décadas de arengas e pregações religiosistas, místicas, tinha desandado para trás, nosso público, como que havia-se engrenado uma marcha-ré nas idéias.

O tom autoritário, intimidativo, imponente, dos círculos federativos, revelou-se aí, quando mandava porta-vozes seus para tomarem parte nessas novas preleções e aí desatavam querelas fúteis, inúteis, para provarem o ponto de que “o silêncio é uma prece” e ninguém devia dizer nada, discutir nada, pois polêmicas eram ação de obsessores.

Estou-me detendo nessas miudarias para que não se perca essa experiência que foi pessoal minha, a partir do dia em que se começou a clarear qual a verídica posição de Rivail quanto a isso tudo.

Data daí meu hábito de referir-me ao autor do Espiritismo pelo seu nome civil, como era conhecido pelo público em Paris, como “professor Rivail” e não exatamente como Allan Kardec, pois este pseudônimo ficou estigmatizado pelo sistema brasileiro como o fundador da “religião espírita” e como essa bobagem não se desgruda mais do nome Allan Kardec, então tomei Rivail como o meu modo habitual de aludir ao Professor.

Isso foi um espanto para multidões: não sabiam quem era Rivail, de quem eu estava falando, sabiam é que Allan Kardec tinha fundado uma religião mas esse Rivail... quem seria? Isso despertou-me para a realidade de que a comunidade espírita é um organismo coletivo em permanente modificação, pela entrada constante nele de novos elementos, que não sabem nada daquilo que constitui o novo meio que

passam a integrar e por isso temos de ser incessantemente informativos, esclarecedores, letivos, sem chegar ao exagero daquele sargento de Tiro-de-Guerra que de tanto afirmar que a Pátria é “a minha mãe”, acabou um recruta introjetando que ela era só “a mãe do sargento”.

O movimento espírita tem lá sua “caixa-preta” perdida, guardada, em segurança demais, excessiva até, nas mãos dos familiares de Canuto de Abreu, que são os arquivos pessoais de Rivail, confiados ao confrade, quando foi a Paris antes da Segunda Guerra Mundial, ao que se diz, por conselho dos próprios Espíritos, para salvaguarda desses preciosos anais. Algo transpira dali, como um perfume que vara, vence, escapa, de frascos fechadíssimos e vem fazer-se notado, sutilíssimo, cá fora, mostrando sua existência.

Foi assim que se ficou sabendo que Rivail teria (há alguma incerteza aí) cogitado de dar ao seu livro inaugural (que afinal saiu como “Livro dos Espíritos”) o nome que seria surpreendente, pasmoso, de “Religião dos Espíritos”, mas que, na versão de uns, teria ele mesmo mudado de opinião e refluído só por si, já na versão contrária, teria sido esclarecido pelos Espíritos, de que aquilo seria uma inconveniência.

Isso, está visto, refere-se apenas ao título da obra, esse é que talvez tivesse sido objeto de dúvida, incerteza, indecisão, temporárias de Rivail, se devia ser aquele tal ou não, o que de fato afinal acabou sendo.

Com que propósito, aquele título estranho teria andado na idéia de Rivail, não se sabe, apenas pode-se imaginar, supor, fantasiar, que fosse no mesmo sentido filosófico, restrito da palavra, o de laço que ele já conhecia, sabia existir e que admitiu publicamente em 1868. O fato é que ele não caiu nessa, não usou o tal título incabível e o resto é papo.

É bom notar que Comte, contra quem ninguém podia levantar a acusação de ser um religioso, visto que era agnóstico, materialista, ateu, já havia chamado o seu

positivismo (que taxava Deus, a alma, a vida futura de coisas não positivas, por inverificáveis, indemonstráveis) de “religião da humanidade”, visto entender que o seu ismo científico e filosófico era mesmo um laço a religar a toda a humanidade, fazendo desta um todo único, uma realidade só.

A ser verdade aquilo que se afirma por aí, Rivail talvez teria pensado usar a mesma idéia, de religião como um laço, não como um culto, para o título de seu livro, já que na sua visão, o grande achado da sobrevivência demonstrada, do espírito comprovado como existente, seria um laço ideal, moral, unindo todos os que admitissem essa noção. Ora, o livro exerceria esse papel, seria um elo, um laço mundial, por que não dar-lhe de uma vez esse título? É, mas uma coisa são os generosos ideais e propósitos sublimes que se tem, bem outra coisa é a realidade prática, o resultado efetivo que esse ou aquele passo bem intencionado vai significar no dia a dia das pessoas, a idéia é de Jesus: “não se deve atirar pérolas aos porcos, dar as coisas sagradas aos cães...”.

Ele usou o nome de “Livro dos Espíritos” afinal, com um trocadilho embutido aí: ” era “dos Espíritos”, porque, modestamente, despersonalizando totalmente a autoria, atribuía-o a aqueles, não a si mesmo; o que de modo algum foi verdade, pois Rivail é efetivamente o autor dessa obra. Também o livro era “dos Espíritos”, porque ocupava-se deles, estudava-os, era um tratado sobre a parte desencarnada, incorpórea da humanidade, a sociedade desencarnada, se tivesse dado o nome pomposo de “Traité de Pneumatologie”, estaria certíssimo, se o chamasse de compêndio de espiritologia, também. Só que sua modéstia, que o tinha feito reservar-se sob a persona de Allan Kardec, como um hipócrita, (no bom sentido antigo) faria em cena, ditou também aquele expediente: a moderação no título, o comedimento no nome da obra.

Mais tarde (1864) usaria o nome adaptado de outra obra, alheia, "Imitação do Evangelho segundo o Espiritismo", depois mudado para o atual, suprimindo a primeira palavra e desligando-se da intenção de filiar-se à obra muito conhecida de Tomás Kempfis. Rivail não pretendia fazer nenhuma imitação no sentido vulgar dessa palavra, mas sim criticar, analisar, uma parte, um aspecto (sentido partitivo) dos evangelhos, essa que estava embutida, contida, implicada, inaparente e nada separável da massa geral dos evangelhos, como a obra prima de um Fídias, um Miguel Ângelo, estava dentro do bloco de carrara bruto inicialmente tomado, o gênio do mestre estava em a isolar, desbastando as sobras, os excessos, a superfluidade e tirando de dentro da mole a estátua pura, que o tempo todo sempre estivera ali.

"O Evangelho segundo o Espiritismo", passa por ser, na ótica sempre de pé trocado do sistema, como "a parte religiosa do Espiritismo", uma frase absolutamente sem sentido pois nada menos religioso do que está ali dentro, contido nele: a fé raciocinada ou racional, que ao contrário da fé religiosa, só subsiste, sobrevive, quando sancionada, cooptada, autenticada, pela razão, nada a ver com a fé religiosa, autoritária e cega por emoção e paixão, que cavalga a razão, como se faz com uma alimária.

Também o que quer que signifique a palavra "salut" realmente, ela resulta, não da permanência na Igreja, como seria a tese religiosa, mas sim na prática da caridade, essa a condição luminosa para essa saúde do espírito, a solvência dos problemas sociais, o sublime desiderato de que certamente Rivail falava, o de solver, sair de, apenas quitar-se, atingir a solução.

Nada religioso, em verdade, mas plenamente afirmativo de que a mal chamada "Moral Espírita" era sim a própria Moral do Cristo retirada do bloco bruto, dos evangelhos, foi

que o livro de Rivail esperou, a conselho do Espírito Verdade, a saída de um abre-alas, um batedor, a obra de Ernesto Renan, “La Vie de Jesus”, inserindo-se assim na literatura de combate, crítica, de revisão do cristianismo que rolou no século dezenove.

Certamente, sempre se poderia, com muita razão até, justificar a presença do adjetivo “espírita” nas expressões que Rivail rejeitou, pelo fato de existirem aspectos morais absolutamente insuspeitado para quem não acessa o nível de conhecimentos que, este sim, pode livremente ser adjetivado de “espírita”.

Só o nível de informação acessado através da ciência e filosofia espíritas é que permite pensar esses finos conceitos que conduzem a um diferentíssimo juízo de valor, um julgamento moral de fato impar, sobre as ações humanas, como aqueles que Rivail repassa nesta sua obra de apreciação moral também o “Céu e Inferno” com o sugestivo subtítulo de “o código penal da vida futura”.

A humanidade é um fato em construção, a sua dualidade, ora como encarnados, ora como desencarnados, induz a duplicidade da sociedade também, esta embute a socio-diversidade que se aqui, na fase corpórea, já é imensa, na contravida então é pasmosa, pela diversidade ainda maior em que as formas sociais se distribuem, acompanhando a diversificação da massaenergia, a ponto de microclimas, microcosmos, micro-ambiências, localizadas, se formarem, com a ação da ideoplastia, da telementação de multidões de espíritos detidos em tais ou quais graus de moralidade, lucidez, sanidade psíquica, comprometimento com as leis divinas, numa cenografia de espantos, horrores, deformidades ou então plasmando cenários edênicos, elísios de sublimidade, praticamente uns ao lado dos outros.

Rivail tinha seus limites, não podia espraiar-se muito, mas deixa entrever, pressentir que a plasticidade à pressão

puramente mental, nos seus diversos estados conscienciais, da massaenergia da contravida, era responsável pelos conceitos históricos de céu e inferno, na sociologia típica dessa outra vida, sua sociodiversidade, segundo a psicodiversidade.

Há uma Moral tipicamente espírita? Decerto que sim, na medida em que só o nível espíritico a permite, mas nem por isso devem-se consagrar as expressões “a Moral Espírita” e “uma Moral Espírita”, como se fossem entidades autônomas, isso Rivail já achava que não, pois trazia riscos, embutia uma falsidade ideológica, dizia que era melhor não usa-las.

O tempo todo lutamos contra essa dualidade contraditória de idéias puras, noções definidas e as palavras disponíveis no uso corrente, em que se concorda, sim, com que é apenas ideal mas não se pode manejar levemente as palavras que seriam, aparentemente, apropriadas para traduzi-lo, devido a sua duplicidade de sentidos.

Foi assim com a noção de espírito, este não é matéria, logo não é material, visto diferir de tudo aquilo que se entende por matéria. Todavia, não se pode dizer, como pareceria ser lógico, que ele é imaterial, pois imaterial é o nada e o espírito alguma coisa é, tem lá sua substância, chamada igualmente de “espírito”, os espíritos são feitos de espírito, eis uma situação incontornável, fruto de nossa linguagem que tem mesmo essa limitação, é um beco sem saída, mas só lingüístico, não ideal, não ideológico, não conceitual.

Quando surge esse tipo de impasses, de dificuldades insolúveis, como um nó gordio, com uma idéia que para a mente é clara mas que para ser exposta, traduzida em palavras, já implica em quase uma impossibilidade, a saída é a invenção de novas palavras, que melhor do que as já existentes exprimam aquela noção sutil demais.

Foi exatamente o que Rivail entrou dizendo, foi essa até sua primeira frase, de abertura, da Introdução do Livro dos Espíritos: “fatos novos, palavras novas...”, evitada a anfibologia que é o duplo sentido das palavras antigas.

O tempo todo, quase que continuamente, o mais que se fez foi lutar contra o comprometimento irremediável, insanável, das palavras com velhos significados, inviabilizando o curso dos novos pensamentos. Chamado inicialmente de “espiritualismo americano, novo espiritualismo, moderno espiritualismo” o novo campo de investigações e raciocínios ficaria obstado, não se alargaria, se Rivail não tivesse criado a nova palavra “spiritisme” para denominar aquela ciência nova, aquela nova filosofia.

Quando se levantou a pecha de que Rivail era sobrenaturalista, que ele revivia a crença no maravilhoso, no misticismo, no sobrenatural (imaginem só!), fugindo ao espírito do século dezanove que era chamado já “o das luzes”, o “século da razão”, então parecia que o Espiritismo era um retrocesso, uma marcha-ré histórica, a volta às crenças medievais em seres fora da humanidade, sobrenaturais, imaginários, os espíritos.

Tudo porque os sábios naturalistas (uma palavra hoje em desuso total) os cientistas e filósofos que século passado se atinham ao naturalismo, não admitindo a idéia de espírito tal como já era corrente na cultura francesa (como sinônimo de inteligência, cultura, finura, elevação, em contraposição a baixaria, grosseria, gaucherie), entendiam que falar nisso era incidir no sobrenatural, então corretamente, fincavam pé em que só havia o natural mesmo, mas passou daí, achavam que todas as leis naturais já tinham sido descobertas e que nada mais havia para se descobrir ou inventar. Esse foi o conselho que Max Planck ainda rapaz ouviu de seus professores, para não se entregar à física pois tudo nesse campo já estava descoberto e ele não teria mais ali o que fazer.

Rivail, homem de ciência também, rebateu os adversários e defendeu-se da pecha de sobrenaturalista e místico, sustentando que a Natureza não tinha pronunciado sua última palavra ainda, a ciência não conhecia toda a extensão dela, as propriedades de seus elementos só mal conhecidos não estavam assim totalmente devassadas, não, havia muito ainda que descobrir, pois justamente o espírito era um dos elementos gerais cósmicos e naturais, este era totalmente desconhecido sendo o Espiritismo precisamente a ciência e a filosofia que haviam tomado a peito estudá-lo.

Os espíritos eram a individuação do espírito, como um todo é que formavam, por abstração de suas individualidades, aquele elemento conjunto, ao lado do espaçotempo e da massaenergia (esta linguagem é moderna, Rivail teria dito o espaço, o tempo, a massa, a energia, a matéria etc.) cujas propriedades estavam exatamente em causa, em questão.

Que eram os espíritos? apenas, na ótica espírita, os próprios seres humanos desencarnados, livres do envolvimento com a massaenergia, habitando uma contraparte do espaçotempo, de tal modo que convivíamos com eles, em toda parte, só que, eles na sua e nós outros cá na nossa, de tal modo que “o avental roça a toga”, isto é, as classes confundiam-se (o avental era da lavadeira, das criadas e a toga dos juizes, é claro) como nas sociais democracias mais liberais. Logo eram pessoas naturais também, muito naturais mesmo, nada tinham de sobrenaturais, apenas habitavam um outro espaçotempo perfeitamente natural também, nada a conceder ao sobrenaturalismo religioso e supersticioso para o conceber, pois nem fazia tanto tempo assim o homem havia-se libertado do exclusivismo limitativo da geometria euclidiana, desde 1852 que as geometrias não euclidianas, com Lobachevsky, Bolyai e Gauss, especialmente com Riemann, muitos matemáticos e físicos (depois com Zöllner) haviam admitido a mais do

que trinaridade ou triplicidade das dimensões do espaço, a sua pelo menos (para Zöllner) suspeitável ou admissível quadridimensionalidade; a topologia era um gênio encerrado na garrafa, esperando para evadir-se e comandar o mundo das imaginações.

O Espiritismo intuía, forçava puramente de modo ideal, a futura noção da multiplicidade dos espaçotempos (ou de partições compartimentadas, deste) na sua teoria de “pluralidade dos mundos habitados”, que, crassamente, por limitação puramente de época, só havia sido entendida como muitos “planetas habitáveis” (sentido astronômico) mas falar em mundos não é o mesmo que falar só em “planetas”, é uma abrangência muito maior, havia o “mundo dos espíritos” e o “mundo terreno”, tal como se fala em “mundo animal”, enfim, são conceitos diferentes e por isso Jesus de Nazaré foi mais precavido ao cunhar a expressão bem mais neutra, anódina, de que “há muitas moradas na Casa do meu Pai”.

Como um todo, a humanidade é bi-estável, as sociedades também são, tanto ocorrem no mundo corpóreo quanto no seu alternativo, seu contraditório, o mundo incorpóreo, Rivail fabricou o filosófico modelo da vida como um percurso concepção-órbita, e seu contra-campo ou contra-conceito, a contravida, como uma extensão para lá do órbita, até a futura “volta do espírito ao mundo corporal”, mais ou menos como na antigüidade eram os antípodas, a parte acolá do globo que se contrapõe a este lugar aqui, esta banda daqui do globo, onde ora se está.

Vida hoje assinala-se pela biodiversidade, a sociedade pela socio-diversidade, com uma psico-diversidade ou uma mentodiversidade (v. “a escala espírita” in Livro dos Espíritos) também; mas data de Rivail o contra conceito de erraticidade, o estado de extrema liberdade (quanto a desconfinamentos prisionais póstumos, conceitos prévios,

fôrmas e engessamentos conceituais, por sentimentos, opiniões, preconceitos) que geralmente caracterizam a contravida quando pensada de um modo extra-espirita.

Daí ser permitido dizer que os espíritos, em vida, estão imersos na massaenergia crassa, que tanto estrutura o próprio ecossistema material telúrico, o planeta, quanto a biodiversidade que habita a biosfera, mas que ao esgotar o prazo de sua permanência aí, *retiram-se para fora* disso tudo e entram ou regressam ao contra-campo de tudo isso, indo para a contravida, com sua erraticidade como clima geral, exonerados de todos os cerceamentos, limitações que a massaenergia, a biodiversidade lhes impunham, embora adstritos a deveres, novas limitações, injunções novas também, do seu novo estado.

A noção de erraticidade é meramente comparativa, resulta apenas de comparação, quando se contempla sucessivamente, o que são as condições típicas da fase de vida, com as de contravida e então conclui-se que estar encarnado é estar mais rigidamente determinado, já o estar desencarnado é deter mais posse de liberdades em número e grau maiores do que quando internados na massaenergia, na biodiversidade.

Isso é até fácil de demonstrar: espíritos livres (erraticité é, como idéia, amarrada a libérté, erraticidade é idéia de movência, mobilidade, liberdade para estar assim ou assado, desconfinamento, é a não coerção) são os que podem ir a toda parte, como fazem os desencarnados, sem embargo de que na prática nem todos podem fazê-lo, mas isto é por causa de limitações puramente pessoais, pois genericamente, como desencarnados, é o que mais podem fazer, é o moverem-se pelo espaço cósmico, sem fronteiras.

Também genericamente, espíritos podem lembrar-se de todo seu passado, bem entendido, isso em tese apenas, pois o que estão encarnados não podem, há nestes o

chamado “olvido temporário” mas nem por terem desencarnado, imediatamente tão pouco são reintegrados naquela memória total, absoluta, há um natural conjunto de limitações para isso, essa reaquisição póstuma da memória é muito gradual. Mas o fato é que a memória plena é típica da contravida, da vida não, nesta é o apagamento passageiro dos bancos mnemônicos que prevalece.

Também em vida, na biosfera, no ecossistema telúrico em sua expressão mais densa, a crosta por exemplo, aqui a massaenergia é pesada, dura, rígida, para ser manipulada, alterada, exige grande trabalho, dispêndio de energia, com instrumentalidade também material.

Já na contravida, a coisa fia mais fino, há potencialidades da alma que, em vida estavam em recesso, como que recessivas, mas que desatam-se na erraticidade, como a telementação, a ideoplastia, a teleplastia, daí as mentes desencarnadas, como se fossem fios desencapados ou lâminas agudíssimas desembainhadas, experimentarem uma ação direta sobre a massaenergia ambiente (muito mais sutil também) de espantosa eficácia e eficiência.

O poder do puro pensamento e da vontade são lá surpreendentes, daí concentrações demográficas, grandes números populacionais de desencarnados, com uma vasta psicodiversidade ao lado de sua socio-diversidade também, produzirem o efeito conjunto de caóticas pressões sobre o meio em que se demoram, demudando-o numa cenografia onírica de espantos, horrores, pois o que pesa mais são as baixas produções, os pensamentos coletivos mais deprimentes, naquela velha idéia da “psicologia de multidões”, que é o mais “depré” possível, o mais “down”.

Isso é o que fabrica o apropriadíssimo apelido de “umbral” que esse espaçotempo localizado mereceu, como uma região de transição, como que um vestibular para queimar baixarias, antes de ingressar em situações melhores. De

um lado a plasticidade, a maleabilidade, a mutabilidade incrivelmente maiores da massa-energia desse meio ambiente, de outro lado, a potência conjunta desse imenso somatório de mentes desvairadas, por supremos desatinos, desorientação existencial e decepção religiosa, grandes conflitos conscienciais, traduzindo-se por um efeito de contínua pressão cenográfica, sobre as paisagens, os panoramas, como se (há que me perdoarem a expressão um tanto descaridosa) um bando de chimpanzés manejando atabalhoadamente brochas e pincéis, modelando massas e volumes, empunhando buris e cinzéis, modelando formas, numa zorra caótica.

Esse paisagismo de mentes torturadas resulta em algo meio indescritível, daí a dificuldade que todos tiveram de referi-lo, ficando nas meias-palavras, nas figuras e imagens mitológicas, dantescas, que passavam a impressão injusta do “sobrenatural”, quando na verdade era apenas uma simples continuação da mesma natureza que todos conhecemos, só que numa de suas expressões ainda inhabituais, mal conhecidas, de entropia, mesmo assim sem nenhuma extranaturalidade.

Rivail deverá ter tido todo acesso pessoal e informação possível a essa realidade da erraticidade, só que por razões pedagógicas, didáticas, escusou-se de comentá-las, limitando-se a fixar que, na contravida, a erraticidade é um estado geral comparável ao que mais tarde Heisenberg chamaria de “incerteza”, “indeterminismo”, referindo-se às partículas subatômicas, pois por comparação, as partículas sociais que são as pessoas desencarnadas, nas condições típicas da contravida, no seu psicossocial e pelo conjunto meio e biodiversidade, o ecossistema dessa contra-situação, que ela é, então regem-se pela erraticidade, a infixidês, a impermanência, a fluidez se comparadas com o que são os seus equivalentes da fase de vida.

É muito difícil versar esses assuntos, temos de forçar ao máximo os limites de significação de nossa linguagem, mas basta pensar que o sexo, tomado como exemplo, que tem numerosas funções e um peso imenso na biodiversidade, na socio-diversidade do estado de vida, já funciona e ocorre, na contravida, de modo muito diversificado, sendo necessário distinguirmos no conceito bruto de "sexo", o que é aqui a forma crassa de "reprodução" do que é a mera "manutenção morfológica perispiritual", o que são sexo-funções, e o que são sexo-definições. Há todo um mundo de idéias embutido aí para serem separadas e discutidas de per si, o que faltavam são nomes distintos para elas.

Esse é o apelo severo, imponente, dos Espíritos da codificação para que, elevando ao máximo possível a todos nós, as vibrações de nossas mentes encarnadas, fabriquemos a melhor compreensão possível também da diversidade que preside a esses dois mundos, o mundo corporal e o dos Espíritos, pois essa é a própria razão da palavra geral de "universo", onde há o "uni", como "sempre o mesmo", um único o mesmo dado sempre, ao lado do seu "verso", a diversificação, a variabilidade, a mutação dentro dessa permanência, dessa unidade.

Espíritos puramente considerados, não têm sexo, só os homens e mulheres, como espíritos encarnados, é que o têm, pois a reprodução biológica é sexuada, exige o sexo para haver a produção de novos corpos para novos candidatos a reencarnação. Todavia, o espírito nuamente, puramente, é só uma idealização, pois há agregado a ele o perispirito também, aquele campo que atua como um "horizonte de eventos", uma espécie assim de "buraco negro", quando captura massaenergia de modo permanente, duradouro, estável e não a deixa mais escapar, torna-o (o perispirito) um micro-espaçotempo pessoal seu, desse

espírito que o está nucleando.

Espíritos, já por uma questão ao mesmo tempo biológica e também cultural, precisam de uma sexo-definição, para que seus perispiritos se revelem dentro da cultura histórica da humanidade, como um dos dois sexos ou gêneros que a humanidade conhece, como masculinos ou femininos. Eis aí aquela distinção de contraditórios: a sexo-função é a reprodução, por exemplo: o reproduzirem-se para reencarnação é uma função do sexo; há outras, mas essa é a mais crassa delas. Já a sexo-definição é apenas perispiritual, para especificar e objetivar, tornar visível formalmente a indicação de posição daquele indivíduo desencarnado em uma escala cultural que vai do masculino extremo ao extremo feminino.

Como o espírito reencarna indiferentemente num e noutro dos dois pontos extremos dessa escala (em termos de corpo físico há só esses dois modelos, o homem e a mulher), todavia, psiquicamente, espiriticamente, há as posições intermédias, os graus intermediários quando, sem deixarem de ser homens, todavia já são homens assim, assim, assim; tais e tais e tais, como variações naturais dessa “zona masculina” da escala ou espectro de sexualidade. O mesmo contra-ocorre quanto ao outro extremo, o feminino, nessa cromática de variações, de gradações, em que se reparte internamente a zona ou extremo feminino.

Detendo diferenças por suas acumulações de experiências masculinas ou femininas, os espíritos devem ter graus diversos de poderem expressar isso, a predominância que um ou outro dos dois tipos conhecidos de ser humano ocupam em seu íntimo, o quanto mais isto ou aquilo eles são dentro dessa cromática, em seu posicionamento pessoal. Uma psicodiversidade.

Isso é que faz o perispirito, essa a função daquele campo do tipo “buraco negro” que tipifica cada mente,

produz uma sexo-definição assim ou assado, só como indicativo da posição que esse indivíduo ocupa dentro daquela cromática, não para fins de reprodução pois essa, na contravida, não é necessária, só na fase de vida que é. Eis aí justificados os conceitos de sexo-função (uma delas a reprodução) e sexo-definição, um display ou indicativo visual da psicodiversidade.

Sexo em vida e na contravida, podem comportar outros tipos de compreensão, mas genericamente não passa disso aí, quem se amarra em entender essa palavra tão ambígua, crassamente do jeito xis, discutirá, turrará com quem é vidrado crasso no jeito ipsilon, ferverá o discrime, o bate-boca, e no entanto ficarão por fora do âmago da questão, as muito mais interessantes e curiosas, edificantes e produtivas considerações sobre o que é sexo à luz da reencarnação, encaixando conseqüências morais sobre o que se deve pensar e conduzir-se nesse campo tão escorregadio.

Aquela turra de Rivail com os naturalistas, que valeu a ele o inconcebível labéu de ser um sobrenaturalista e místico, uma bobagem realmente, só foi resolvida com a criação por ele da noção do perispirito, como algo bem distinto do espírito puro e a fixação de que, espírito nuamente, seria uma espécie assim de “nú-espírito” ou de “nua-espiriticidade”, só para forçar uma comparação com os conceitos de “nua-propriedade” em direito agrário, tudo isso era perfeitamente pensável sem nenhuma dificuldade, pois esta era só das palavras que estavam sendo manejadas, muito gastas e ambíguas realmente, não da própria idéia em si, nuamente como idéia.

Hoje que se criaram tantas palavras novas nesse campo, usa-se distinguir o que os naturalistas diziam antigamente, como “forças fáticas da natureza”, do que são as forças não fáticas, mas inteligentes, que somos nós, os

humanos, parte da natureza também, tal como Rivail queria. A natureza inclui-nos, portanto, aos espíritos também, somos a natureza humana ou espiritual, diferimos, é claro, daquela contra-parte da natureza que é fática, material, inanimada, não pensante, mas inexistem o sobrenatural, o extranatural. O que é devido ao ser humano, encarnado ou desencarnado, é adjetivável de cultural, é o natural cultural, contraposto ao natural que é fático, cósmico, telúrico. Rivail e os naturalistas diziam a mesma coisa, no plano das idéias, afinal, só que usando palavras impossíveis de se conciliar.

Religiões e mitos, superstições e credices, são apenas a maneira equivocada, primitiva, de pensar o que é a contravida, o mundo dos Espíritos não propriamente o “mundo espiritual” como tanto se diz, pois esta expressão é inexata, já que espiritual é o que concerne ao espírito, mas isso só numa outra acepção não espírita da palavra, aí sim a expressão não ficaria mais confusa, o “mundo espírita” (esta sim seria a expressão exata, o mundo que é “espírita” por ser o espaço-tempo da contravida, a 4ª dimensão de Zollner, habitado só por espíritos) abriga aquelas visões delirantes, caóticas, absurdas, que todos repudiávamos como impossíveis de se aceitar, por incompatíveis como a bondade e a justiça de Deus, como o inferno material, como os demônios materiais eternos, sofrimento físicos eternos etc. e totalmente ilógicos também, tudo isso encontra uma boa explicação (mas nunca uma justificação uma cooptação, isso não!) na teoria espírita da contravida e sua erraticidade, sua propriedade geral de indeterminismo, incerteza, quando a faculdade bem humana da mentoplastia de um lado, bem como a maleabilidade da massa-energia ante ela, plasmam formalmente tudo aquilo que são os produtos psicológicos, culturais, das multidões que por ali estagiam.

Assim as populações de encarnados que ali estejam

eventualmente, com o seu psicossocial, sua cultura de momento; assim será a paisagem, a ambiência desse meio, a cenografia que essas mentes ali criarem. Isso justifica o grande princípio crístico: “a cada um, segundo suas obras; onde estiver o seu tesouro, aí estará o seu coração”.

Quando André Luiz inaugurou, em língua portuguesa, sua histórica série de descrições que deixaram perplexos os espíritas, essa literatura já era abundante, copiosa mesmo, na língua inglesa. As pessoas aceitavam o Espiritismo mas não conseguiam produzir um tipo de pensamento filosófico no plano da conseqüências, das forças resultantes do que sabiam, não sabiam prever, por exemplo que se encarnados são capazes de somatização, então desencarnados poderiam, agindo sobre massaenergia muito mais dúctil, maleável, sensível do que os corpos de matéria bruta, obter uma “formatização”, (digamos assim), muito mais forte, sobre a massaenergia assás sutil, da contravida, onde a erraticidade, com esse indeterminismo/incerteza que a caracteriza, torna possível essas manipulações de modo que aqui parece espantoso.

É como quando Galileu produziu seu estudo todo especulativo sobre a imponderabilidade no espaço, afastado da atração imediata da Terra e previu a flutuação dos corpos sem a resistência seletiva do ar.

Um dos astronautas quando viu pela primeira vez o fenômeno das gotas de líquido flutuarem na cabina da nave, fora do frasco que as continha, num movimento repentino seu, exclamou enlevado: “... mas Galileu tinha mesmo razão!...”

É mais ou menos algo assim que se dá na contravida, nesse pontinho específico de forças que já vigem aqui mesmo, em vida mas que só lá se manifestam em sua plenitude, dando a impressão de que só se registram lá exclusivamente. A mente aqui, somatiza, imprime em seu corpo estigmas, sintomas de doenças, até efeitos terapicos, tudo o

que a hipnologia ou hipnoterapia, com a sugestão, já estudam factualmente, isto é bem factual por cá na psicossomática, mas então por que não se entendia que, por lá, seria isso mesmo aí, só que potencializado, magnificado pelas proporções que essa nova dimensão faculta?

Cá na atmosfera, corpos de massas diferentes caem a velocidades diferentes devido a resistência do ar, já no ambiente especial da cabide espacial, um espaçotempo diversificado, nesse endospaço aí, eles moviam-se lentamente no ar em todas direções, tal como Galileu previa. É questão de meio, lugar onde se faz a experiência, presença ou não nesse local da ação de forças tais e tais, que existem em toda parte mas que nalguns lugares são anuladas, compensadas por outras forças contrastantes.

Em um elevador experimentamos a sensação de flutuação, nas montanhas russas também, nos aviões idem, que por cá é momentânea, muito fugaz, mas nos vôos espaciais ela é uma constante. Dentro de uma piscina, é típica a perda de peso, mas nos veículos em alta velocidade é sensível apenas nas curvas fortes, nas arrancadas e nas freadas. Em órbita é uma constante.

Também as mentes detém sempre a mentoplastia, presente no sexo, na famosa “masturbação mental”, quando só por pensar produzimos a ereção, até a poluição, sem o ato físico. Nas angustias, as depressões, o estresse, quando nos afundamos em sintomatologia bem físicas só pelo subjetivo, o emocional mal resolvido. Por que na contravida não seria assim?

Em seguimento a isso, as propriedades típicas da massaenergia nesse espaçotempo particular, sofrendo essa potência mental multiplicada, pelo menos logicamente tornam muito plausível essa espécie de fenômeno, essa “purgatorização”, e “infernalização”, esse tipo de criações

dantescas que multidões descompensadas, em um estado tal que o que elas imaginam é onírico, é de pesadelo, vão produzindo sem o menor controle, de um modo comparável ao que o astronauta sofre, quando sem peso, precisa reaprender a vigiar seus movimentos, se não se chocará com o que não pode, se projetará velozmente para onde não deve, se moverá para onde não quer, se não afoga-se até mesmo em um raso, só por não saber-se posicionar na água.

O Espiritismo é um Gulliver, um gigante de idéias, detido por um exército liliputiano de palavras, tendenciosas, frases feitas, expressões com sentido marcado, bastaria ele explodir num arranco de mudanças, para libertar-se mas por enquanto estamos ali, deitados na praia, amarrados enquanto os minúsculos adversários nos alfinetam e nos prendem ao solo como frágeis fiapos de linha de costura.

Para isso tem-se de sair do círculo de giz das convenções, da submissões a esquemas e chavões, soltar-se em vôos de imaginação, que é outra palavra muito injustiçada, sempre confundida com outra coisa, com as incucações, as caraminholas, os delírios e devaneios fúteis, quando não passa realmente de uma potentíssima alavanca mental, a capacidade de pensar por imagens, produzir imagens, formas geométricas, formas gráficas, aquilo que hoje com tanta dificuldade se chama de “computação gráfica” ou “realidade virtual”. A mente humana já tem naturalmente esse potencial, ele é embutido nela, mas o preconceito, o falatório das candinhas e dos maliciosos, carimbou a imaginação como uma espécie de vadiagem intelectual, uma extravagância, um defeito moral, chama-se alguém de “Imaginoso”, recriminando-o como se disséssemos que é um ato feio imaginar, mas em verdade imaginação é uma capacidade que a mente tem de previamente debuxar, delinear, numa tela simbólica, ideal, o design do que se quer, e que se intui, um prodigioso ato de previa visão.



**GRÁFICA ITA**

Rua Desembargador José Batalha, 113  
Bairro de Lourdes - Vitória - ES  
Telefone (27) 222-2499 - Fax: (27) 222-7810